

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

ORGÃO DEMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E SEGURANÇA PÚBLICA		
OBJETO: Realização de Pregão para o Registro de Preços para eventual contratação de empresa (s) especializada (s) no fornecimento de buffet e decoração conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.		
TIPO: MENOR PREÇO		
JULGAMENTO: POR LOTE		
MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO		
CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA		
ACESSO AO EDITAL, LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO E PORTAL: CONFORME ITEM 1.3 DESTE EDITAL		
DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME: CONFORME ITEM 1.4 DESTE EDITAL		
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: Portal de Compras Públicas <u>www.portaldecompraspublicas.com.br.</u>		
PREGOEIRO:VANDELMAR NOGUEIRA DA SILVA	E-mail: cplafranio@afranio.pe.gov.br	Fone:(87)3868.1054
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na plataforma do Portal de Compras Públicas- <u>www.portaldecompraspublicas.com.br</u> , ou através do site oficial da Prefeitura de Afrânio-PE: <u>www.afranio.pe.gov.br</u> .		
VALOR ESTIMADO	R\$ 1.555.099,78 (um milhão, quinhentos e	
O presente edital/anexos observará as condições definidas previamente pela autoridade solicitante, sendo este o ordenador de despesas. Os estudos técnicos preliminares, termos de referência, projetos, cotações prévias para formação dos preços estimados, estabelecimentos de exigências de habilitação e classificação, critério de participação, critério de julgamento, e demais documentos e informações necessárias ao processamento das contratações, fica sob a responsabilidade dos Agentes Públicos envolvidos por cada ato.		

O Município de Afrânio e o **Pregoeiro**, designado pela **Portaria 324/2025 de 28 de agosto de 2025**, declaram que se acha aberta, a Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **"MENOR PREÇO"**, julgamento **"POR LOTE"**, modo de disputa **"ABERTO E FECHADO"**. A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e 155/2016 e Decreto Federal nº 8.538/201, bem como pelos **Decretos Municipais nº 006/2024, de 08 de fevereiro de 2024, nº 036/2024, de 30 de dezembro de 2024, nº 002/2025, de 30 de janeiro de 2025, Decreto 017/2025 de 23 de abril de 2025 alterado pelo Decreto 026/2025 de 17 de junho de 2025** disposto no presente Edital e seus anexos. A sessão pública será conduzida pelo **Pregoeiro**, com auxílio da **Equipe de Apoio**, conforme portaria acima citada, objetivando a contratação do objeto adiante descrito:

1. DO OBJETO.

1.1 Realização de Pregão com o Registro de Preços para eventual contratação de empresa (s) especializada (s) na prestação de serviços de **BUFFET E DECORAÇÃO**, para atender os eventos institucionais realizados ao longo do ano, incluindo reuniões, capacitações, solenidades, conferências e eventos culturais, tais como os Festejos do Divino Espírito Santo, Aniversário da Cidade, Expoleite, Festejos do Caboclo, além de demais ações promovidas pelas secretarias do Município de Afrânio.



1.2 A licitação está agrupada em **LOTE**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação caso seja de seu interesse.

LOTE 01 - SERVIÇOS DE BUFFET														
ITEM	PRODUTO	UNID.	SEC. GOV	SEC. ADM	SEC. SAÚDE	SEC. EDUC	SEC. INF	SEC. AGRI	SEC. ASS	SEC. D.E.M.A	SEC. E.C.T.L	QUANT.	PREÇO MÉDIO	TOTAL
1	Água de coco in natura 500ml	Unid	18	18	18	18	18	18	18	18	150	250	R\$ 8,45	R\$ 2.112,50
2	Achocolatado de caixinha 200ml	Unid	10	10	10	10	10	10	10	10	120	200	R\$ 4,24	R\$ 848,00
3	Água de coco in natura 1LT	Unid	25	25	25	25	25	25	25	25	300	500	R\$ 16,28	R\$ 8.140,00
4	Água mineral sem gás 500 ml. Validade mínima 03 meses a contar com a data de validade. Ser registrada na Agência Nacional de vigilância sanitária. ANVISA e atender à portaria 451/97.	Unid	350	350	350	350	350	350	350	350	4200	7000	R\$ 2,57	R\$ 17.990,00
5	Arranjo- estola com flores naturais, para chão em frente à mesa central de eventos.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 108,00	R\$ 5.400,00
6	Arranjo- flores naturais nobres para entrada de eventos.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 436,35	R\$ 21.817,50
7	Baguete- pão francês característico por sua forma alongada e casca crocante. Farinha, sal, água e fermento biológico. Recheada com queijo, presunto, patê de frango, alface e tomate. tam:45cm	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 29,56	R\$ 1.478,00
8	Bandeja grande com mix de cereais- Bandeira contendo mix de cereais: castanhas, amendoins, amêndoas, uva passa.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 41,30	R\$ 2.065,00
9	Bandeja grande de batata cozida com frango- Bandeira contendo batata cozida com frango grelhado ou filé frito com cebola.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 68,56	R\$ 3.428,00
10	Bandeja grande de mandioca cozida com frango- Bandeira contendo mandioca cozida com frango grelhado ou filé frito com cebola.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 60,97	R\$ 3.048,50
11	Biscoito de polvilho- inseto de glúten, embalagem em sacos plásticos transparente, resistente, pesando 300gramas, 90% do produto deve estar com suas características físicas intactas(não quebradas), No seu rótulo deverá conter informação nutricional por porção, sobre glúten, ingredientes data de fabricação, validade e lote. Produtos de fabricação própria deverão apresentar ficha técnica.	Pact	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 10,13	R\$ 1.013,00
12	Biscoito- pacote de biscoito club social	Unid	15	15	15	15	15	15	15	15	180	300	R\$ 6,59	R\$ 1.977,00
13	Bolo simples de aproximadamente de 1 kg sabor chocolate.	Kg	4	4	4	4	4	4	4	4	48	80	R\$ 35,06	R\$ 2.804,80
14	Bolo simples de aproximadamente de 1 kg, sabor fogueiro.	Kg	4	4	4	4	4	4	4	4	48	80	R\$ 35,50	R\$ 2.840,00
15	Bolo simples de aproximadamente de 1 kg, sabor leite.	Kg	4	4	4	4	4	4	4	4	48	80	R\$ 35,23	R\$ 2.818,40
16	Bolo simples de aproximadamente de 1 kg, sabor milho.	Kg	4	4	4	4	4	4	4	4	48	80	R\$ 35,23	R\$ 2.818,40
17	Bolo simples de aproximadamente de 1 kg, sabor trigo.	Kg	4	4	4	4	4	4	4	4	48	80	R\$ 35,89	R\$ 2.871,20
18	Cheesburger- carne de hambúrguer (bovina), queijo, cebola, ketchup, mostarda e pão.	Unid	38	38	38	38	38	38	38	38	461	765	R\$ 13,58	R\$ 10.388,70

19	Cuscuz com frango suculento e desfiado no pote, em porções individuais de aproximadamente 250g. O produto deve ser preparado com ingredientes de primeira qualidade, mantendo textura e sabor característicos. O acondicionamento deve ser feito em potes individuais devidamente vedados com tampa, garantindo a higiene, a segurança alimentar e a conservação da temperatura ideal para o consumo imediato durante o evento.	Unid	46	46	46	46	46	46	46	46	1125	1500	R\$ 11,73	R\$ 17.595,00
20	Docinhos- beijinho feito ao leite condensado e coco ralado.	Cent	2	2	2	2	2	2	2	2	14	30	R\$ 164,38	R\$ 4.931,40
21	Docinhos- brigadeiro, feito ao leite condensado, chocolate em pó e granulado de chocolate.	Cent	2	2	2	2	2	2	2	2	14	30	R\$ 203,96	R\$ 6.118,80
22	Docinhos- mini tartaleta doce assado ao forno e recheio de leite condensado.	Unid	150	150	150	150	150	150	150	150	1800	3000	R\$ 1,70	R\$ 5.100,00
23	Docinhos- surpresa de uva, com leite condensado, anilina em cor, uva sem semente.	Cent	2	2	2	2	2	2	2	2	14	30	R\$ 153,86	R\$ 4.615,80
24	Garrafa de aproximadamente 1500ml de leite quente.	Unid	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 26,77	R\$ 2.677,00
25	Garrafa de café de 1500ml quente adoçado.	Unid	10	10	10	10	10	10	10	10	120	200	R\$ 21,20	R\$ 4.240,00
26	Geleia artesanal sabor tamarindo feito artesanalmente. Peso 300g	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 22,26	R\$ 1.113,00
27	Gelo potável, tipo cubo ou escama, produzido com água filtrada e cristalina, livre de impurezas. O produto deve ser entregue em embalagens plásticas lacradas e higienizadas de 5kg.	Pact	15	15	15	15	15	15	15	15	180	300	R\$ 24,84	R\$ 7.452,00
28	Iogurte- Iogurte de 1LT sabores variados	Unid	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 11,19	R\$ 1.119,00
29	Kit-Lanche- embalagem transparente devidamente identificada com adesivo do município contendo dentro guardanapo, uma mini-coxinha de frango, mini bolinha de queijo, mini pão de queijo, assado no forno com recheio de creme de requeijão macio e bem recheada, mini-cachorro quente e uma fatia de bolo variado(trigo, formiguiro, leite e chocolate)	Unid	50	50	50	50	50	50	50	50	600	1000	R\$ 23,80	R\$ 23.800,00

Lutar e Vencer

30	Mesa de frutas para eventos de até 1.000 pessoas. A Mesa será composta por frutas frescas e higienizadas (banana, melancia, melão e abacaxi) em estágio ideal de maturação, sendo vedada a entrega de exemplares verdes ou excessivamente maduros, a banana será entregue de forma individual e as demais frutas processadas em cortes práticos, como pedaços ou cubos em recipientes adequados para consumo imediato. A estrutura e o dimensionamento da estação deverão ser estritamente proporcionais ao número total de inscritos, garantindo o fluxo contínuo e o atendimento integral de todos os participantes. A contratada deve zelar pela higiene e conservação térmica, assumindo responsabilidade total pela logística em veículos adequados, manipulação seguindo normas sanitárias, fornecimento de insumos descartáveis e gestão imediata dos resíduos orgânicos gerados.	Serv										2	R\$ 13.498,19	R\$ 26.996,38
31	Mini salgados- barquete assada no forno com recheio de bacalhau e catupiry	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 202,07	R\$ 20.207,00
32	Mini salgados- barquete assada no forno com recheio de bacalhau.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 202,40	R\$ 20.240,00
33	Mini salgados- barquete assada no forno com recheio de frango c/catupiry	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 202,40	R\$ 20.240,00
34	Mini salgados- Barquete assada no forno com recheio de siri	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 202,40	R\$ 20.240,00
35	Mini salgados- barquete fechada assada no forno com recheio de bacalhau.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 202,40	R\$ 20.240,00
36	Mini salgados- canapé de brie c/ bacon e castanha	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 217,23	R\$ 21.723,00
37	Mini salgados- canapé de kani c/ creme chees	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 217,23	R\$ 21.723,00
38	Mini salgados- canapé de peito de peru c/ abacaxi	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 217,23	R\$ 21.723,00
39	Mini salgados- canapé de ricota c/ geleia de abacaxi	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 217,23	R\$ 21.723,00
40	Mini salgados- canapé de salame	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 220,83	R\$ 22.083,00
41	Mini salgados- cestinhas de bacalhau c/batata palha	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
42	Mini salgados- cestinhas de frango c/catupiry	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 195,77	R\$ 19.577,00
43	Mini salgados- cestinhas de strogonoff russo	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 200,67	R\$ 20.067,00
44	Mini salgados- copinho c/ pimenta biquinho	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
45	Mini salgados- copinho de alho poró	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
46	Mini salgados- copinho de camarão c/ provolone	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
47	Mini salgados- copinho de carne c/ cebola glaçada	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
48	Mini salgados- copinho de carne c/catupiry	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
49	Mini salgados- copinho de frango c/ catupiry	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
50	Mini salgados- copinho de frango c/palmito	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
51	Mini salgados- copinho de gorgonzola c/damasco.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 216,67	R\$ 21.667,00
52	Mini salgados- copinho de queijo c/ geleia de damasco.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
53	Mini salgados- copinho de queijo c/ geleia de frutas vermelhas	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
54	Mini salgados- copinho de queijo c/ salame	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00

55	Mini salgados- mini bolinha de carne seca, bata inglesa cozida com recheio de carne seca.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 157,22	R\$ 15.722,00
56	Mini salgados- mini bolinha de queijo, com recheio de queijo.	Cent	7	7	7	7	7	7	7	7	94	150	R\$ 148,36	R\$ 22.254,00
57	Mini salgados- mini bolinha napolitana, com recheio de queijo, calabresa e orégano.	Cent	7	7	7	7	7	7	7	7	94	150	R\$ 154,03	R\$ 23.104,50
58	Mini salgados- mini boliviano, com recheio de batata inglesa cozida, canela em pó, açúcar com recheio de passa, azeitona, pimenta, carne.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 154,67	R\$ 15.467,00
59	Mini salgados- mini coxinha, com recheio de frango.	Cent	6	6	6	6	6	6	6	6	72	120	R\$ 148,36	R\$ 17.803,20
60	Mini salgados- mini empada de bacalhau, assada no forno com recheio de bacalhau bem molhadinho, macia e bem recheada.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 152,05	R\$ 15.205,00
61	Mini salgados- Mini empada, assada no forno com recheio de frango.	Cent	7	7	7	7	7	7	7	7	94	150	R\$ 133,67	R\$ 20.050,50
62	Mini salgados- mini esfirra no forno com recheio de frango bem molhadinho, macia e bem recheada.	Cent	7	7	7	7	7	7	7	7	94	150	R\$ 146,73	R\$ 22.009,50
63	Mini salgados- Mini esfirra no forno com recheio de salsicha bem molhadinho, macia e bem recheada.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 146,91	R\$ 14.691,00
64	Mini salgados- mini esfirra, assada no forno com recheio de carne de boi moída bem molhadinho, macia e bem recheada.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 152,62	R\$ 15.262,00
65	Mini salgados- mini esfirra, assada no forno com recheio de presunto e queijo, macia e bem recheada.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 135,67	R\$ 13.567,00
66	Mini salgados- mini hambúrguer artesanal	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 215,40	R\$ 21.540,00
67	Mini salgados- mini pão de queijo, assada no forno com recheio de creme de requeijão macia e bem recheada.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 156,83	R\$ 15.683,00
68	Mini salgados- Mini pão de queijo, assado no forno com recheio de catupiry.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 163,67	R\$ 16.367,00
69	Mini salgados- mini pastel assado no forno com recheio de carne de boi moída.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 135,67	R\$ 13.567,00
70	Mini salgados- mini pastel, frito em óleo fervente com recheio de frango.	Cent	6	6	6	6	6	6	6	6	82	130	R\$ 151,63	R\$ 19.711,90
71	Mini salgados- mini pastel, frito em óleo fervente com recheio de queijo.	Cent	6	6	6	6	6	6	6	6	82	130	R\$ 151,63	R\$ 19.711,90
72	Mini salgados- mini pastel, assado no forno com recheio de frango.	Cent	6	6	6	6	6	6	6	6	82	130	R\$ 155,70	R\$ 20.241,00
73	Mini salgados- Mini rabinho, com recheio de carne moída (coxão mole), milho verde e ervilha.	Cent	6	6	6	6	6	6	6	6	82	130	R\$ 152,67	R\$ 19.847,10
74	Mini salgados- Quiche de chester, assada no forno com recheio de chester desfiado com molho vermelho, cebola, milho catupiry.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 151,12	R\$ 15.112,00
75	Murta- folhagem de murta para arranjos naturais.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 35,17	R\$ 1.758,50
76	Peta- peta caseira feita à base de tapioca, ovo, óleo, sal, e bicarbonato. Embalagem com 70g. Prazo de validade mínima de 60 dias a contar da data de entrega.	Pct	10	10	10	10	10	10	10	10	120	200	R\$ 9,97	R\$ 1.994,00
77	Picolé de frutas- sabores variados embalados individualmente pesando aproximadamente 60 gramas cada. VALIDADE: mínima de 1(um) mês a contar com a data da entrega.	Unid	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 5,58	R\$ 558,00
78	Refrigerante de 2L; composto de extrato de cola, água gaseificada, açúcar; sendo permitido 0,02g a 0,2g; isento de corantes artificiais.	Litros	110	110	110	110	110	110	110	110	1320	2200	R\$ 12,00	R\$ 26.400,00

79	Refrigerante de 2L; composto de extrato de guaraná, água gaseificada, açúcar; sendo permitido 0,02g a 0,2g de extrato de semente de guaraná; isento de corantes artificiais.	Litros	110	110	110	110	110	110	110	110	1320	2200	R\$ 12,00	R\$ 26.400,00
80	Refrigerante de 2L; composto de extrato de laranja, água gaseificada, açúcar; sendo permitido 0,02g a 0,2g; isento de corantes artificiais.	Litros	110	110	110	110	110	110	110	110	1320	2200	R\$ 12,00	R\$ 26.400,00
81	Refrigerante de 2L; composto de extrato de limão, água gaseificada, açúcar; sendo permitido 0,02g a 0,2g; isento de corantes artificiais.	Litros	110	110	110	110	110	110	110	110	1320	2200	R\$ 12,00	R\$ 26.400,00
82	Salgado- cachorro quente composto por pão com carne, salsicha.	Unid	75	75	75	75	75	75	75	75	900	1500	R\$ 15,14	R\$ 22.710,00
83	Salgado- mini pizza mista, assada no forno com recheio de queijo, presunto e molho de tomate	Unid	25	25	25	25	25	25	25	25	300	500	R\$ 7,05	R\$ 3.525,00
84	Salgado- sanduíche, composto por pão de sanduíche, presunto e queijo mussarela. Pincelado com margarina.	Unid	30	30	30	30	30	30	30	30	360	600	R\$ 16,37	R\$ 9.822,00
85	Sequilo- biscoito caseiro tipo sequilho a base de amido de milho ou de mandioca, açúcar, gordura vegetal, ovos, sal e aromatizante. pacote aproximadamente 500g	Pct	10	10	10	10	10	10	10	10	120	200	R\$ 15,00	R\$ 3.000,00
86	Sobremesas- mouse sabores diversos, pudim ou salada de frutas	Unid	45	45	45	45	45	45	45	45	540	900	R\$ 10,38	R\$ 9.342,00
87	Sorvete de frutas- sorvete em balde 10LT, sabores variados: morango, chocolate, creme e coco	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 162,85	R\$ 8.142,50
88	Suco de frutas frescas ou polpa de fruta congelada, nos sabores laranja, acerola, caju ou outros a serem definidos pela contratante. O produto deve apresentar cor, aroma e sabor característicos da fruta de origem, com aspecto homogêneo, baixo teor de açúcares e preservação das propriedades nutricionais, sendo terminantemente proibida a utilização de sucos artificiais em pó, concentrados químicos ou corantes. O transporte e a disponibilização deverão ocorrer em recipientes térmicos apropriados, com capacidade individual mínima de 20 (vinte) litros, devidamente higienizados e vedados, garantindo a manutenção da temperatura de refrigeração e a integridade sanitária do alimento durante todo o período do evento.	Galão	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 11,75	R\$ 587,50
89	Suco em caixa com 1000ml sabores variados. Ref: Del Valle, Marata ou similar.	Unid	75	75	75	75	75	75	75	75	900	1500	R\$ 10,00	R\$ 15.000,00
90	Tábua de frios grande- composta por: queijo do reino, presunto, presunto parma, provolone, salame, castanha, nozes, geleias, gorgonzola, azeitona	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 116,78	R\$ 5.839,00
91	Tábua de frios média- Tábua de frios média composta por: presunto, queijo, mussarela, salame, azeitona e queijo coalho e queijo prato.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 94,33	R\$ 4.716,50
92	Tortas- tortas doces recheadas, confeccionada com farinha de trigo, leite, açúcar e recheado com cremes e leite condensado e chocolate e frutas podendo ser abacaxi, pêssego, figo, ameixa ou frutas vermelhas.	kg	6	6	6	6	6	6	6	6	72	120	R\$ 83,00	R\$ 9.960,00

93	Tortas- tortas salgadas recheio de frango, peso mínimo 1kg. Forma redonda.	kg	6	6	6	6	6	6	6	6	67	115	R\$ 79,98	R\$ 9.197,70
valor total do LOTE 01														R\$ 1.263.413,68
LOTE 02 - SERVIÇOS DE DECORAÇÃO														
ITEM	PRODUTO	UNID	SEC. GOV	SEC. ADM	SEC. SAÚDE	SEC. EDUC	SEC. INFR	SEC. AGRI	SEC. ASS	SEC. D.E.M.A	SEC. E.C.T.L	QUANT.	PREÇO MÉDIO	TOTAL
1	Arranjo- flores naturais para o centro das mesas, com 2 flores pássaro de fogo, 2 crisântemos cor vermelha, 3 folhas de capim paulista, 2 folhas de capim palmeira (para envolver a base e base em tijolo esponjoso).	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 119,67	R\$ 5.983,50
2	Aster- folhagem aster para arranjos naturais.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 111,67	R\$ 5.583,50
3	Caixa floral- esponja vegetal para arranjos naturais- caixa com 18 unidades.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	24	40	R\$ 255,03	R\$ 10.201,20
4	Cesta de frutas da estação, embalagens individualmente com plástico filme tamanho grande	Unid	48	48	48	48	48	48	48	48	72	120	R\$ 64,67	R\$ 7.760,40
5	Cesta de frutas da estação, embalagens individualmente com plástico filme tamanho médio.	Unid	48	48	48	48	48	48	48	48	72	120	R\$ 82,00	R\$ 9.840,00
6	Decoração de eventos com até 1.000 (mil) balões. (nas cores: verde, branca, azul, amarelo e rosa – definidas pela secretaria.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	14	30	R\$ 534,76	R\$ 16.042,80
7	Garçom para atender o público indicado.	Unid	6	6	6	6	6	6	6	6	72	120	R\$ 164,67	R\$ 19.760,40
8	Lírio- Lírio natural cores variadas.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 168,93	R\$ 8.446,50
9	Locação de cadeira em dior ou napoleão, com encosto, sem braço, empilhavel.	Unid	8	8	8	8	8	8	8	8	106	170	R\$ 15,15	R\$ 2.575,50
10	Locação de aparadores em madeira.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	24	40	R\$ 126,80	R\$ 5.072,00
11	Locação de cadeira Tiffany dourada, com encosto, sem braço, empilhavel.	Unid	10	10	10	10	10	10	10	10	120	200	R\$ 11,97	R\$ 2.394,00
12	Locação de cadeira plástica fabricada em polipropileno de alta resistência, com design ergonômico e estrutura empilhável para otimização de espaço. O modelo deve possuir acabamento uniforme, facilidade de limpeza e capacidade de carga mínima de 120 kg.	Unid	50	50	50	50	50	50	50	50	600	1000	R\$ 13,02	R\$ 13.020,00
13	Locação de capa para cadeira- material microfibra 100% poliéster, medidas: 50x50x90 babado com 45cm altura.	Unid	50	50	50	50	50	50	50	50	600	1000	R\$ 5,48	R\$ 5.480,00
14	Locação de espelho- espelho com moldura.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	24	40	R\$ 122,39	R\$ 4.895,60
15	Locação de mesas redondas em madeira 1,20x1,20m	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 100,00	R\$ 5.000,00
16	Locação de poltronas- poltronas acolchoadas.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 117,83	R\$ 5.891,50
17	Locação e decoração de mesas para cerimonial forrada com toalha de banquete na cor branca.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	14	30	R\$ 151,65	R\$ 4.549,50
18	Locação mesa alta tipo bistrô com 03 (três) banquetas coordenadas. Mesa com tampo circular de MDF 18mm ou Madeira, estrutura em aço com pintura eletrostática epóxi	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 90,00	R\$ 4.500,00

	preta. Banquetas com apoio para os pés, assento com estofado em corino ou madeira e encosto ergonômico. Design empilhável ou compacto para facilitar a logística de eventos."													
19	Locação mesas em madeira 2,40x1,00m	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	14	30	R\$ 148,04	R\$ 4.441,20
20	Locação tampões - tampo redondo de madeira, diâmetro de 1,20 metros.	Unid	25	25	25	25	25	25	25	25	300	500	R\$ 5,56	R\$ 2.780,00
21	Locação tapete- tapete quadrado, no tamanho 3mx3m. Sem manchas, furos ou rasgo.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 108,39	R\$ 5.419,50
22	Locação toalha de mesa quadrada- toalha de mesa quadrada: em tecido no tamanho de 1,40m x 1,40m.	Unid	25	25	25	25	25	25	25	25	300	500	R\$ 8,27	R\$ 4.135,00
23	Locação toalha de mesa redonda- toalha para mesa redonda, tecido gorgorão, no tamanho de 3m de diâmetro, cores a combinar.	Unid	25	25	25	25	25	25	25	25	300	500	R\$ 10,00	R\$ 5.000,00
24	Malhas - tipo viscolycra para decoração do ambiente - nas cores:verde, branca, azul, amarelo e rosa Com comprimento de 10m, altura de 5m e largura de 3m.	Unid	15	15	15	15	15	15	15	15	180	300	R\$ 24,91	R\$ 7.473,00
25	Margarina- flores naturais, margarida nas cores branca, chá, rosa ou vermelha.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 80,51	R\$ 4.025,50
26	Ornamentação de ambiente- Ornamentação simples (cortinas, mesa diretora devidamente forrada e decorada, mesa buffet devidamente forrada e decorada) área instagramável	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	14	30	R\$ 2.000,00	R\$ 60.000,00
27	Papiro egípcio- folhagem de papiro egípcio para arranjos naturais.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 47,68	R\$ 2.384,00
28	Rosas vermelhas- rosas naturais na cor vermelha, pacote com 20 unidades.	Pct	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 141,43	R\$ 7.071,50
29	Sofá- sofá com dois lugares.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 255,34	R\$ 12.767,00
30	Sofá- sofá com três lugares.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 280,68	R\$ 14.034,00
31	Tango- folhagem tango para arranjos naturais.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 34,08	R\$ 1.704,00
32	Vaso ornamental: vaso ornamental tamanho grande para decoração das áreas de circulação com planta natural.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 469,10	R\$ 23.455,00
valor total													R\$291.686,10	

1.2.2. Não serão aceitos nos preços dos itens que compõem os lotes, valores superiores aos descritos em cada item. O valor da disputa será por lote, porém a empreitada é por preço unitário.

1.3.O Edital está disponível nos sítios www.afranio.pe.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

1.4. DATA PARA INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:09.07.2026 às 12h.

1.4.1. DATA/HORÁRIO PARA INÍCIO DA SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS/DISPUTA DOS LANCES/DEMAIS ATOS:23.07.2026 às 12h e 01min



PREFEITURA DE
AFRÂNIO
AFRÂNIO EM BOAS MÃOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO
Rua Afonso Arinos de Melo Franco, N° 101, Bairro Isabel Gomes, Afrânio – PE
CEP: 56360-000 Fone: (87) 3868-1054 CNPJ: 10.358.174/0001-84

1.4.2. –**REFERÊNCIA DE TEMPO**: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo Sistema será observado o horário de Brasília/DF.

1.4.3. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 24h (vinte e quatro horas), a contar da respectiva data.

2. DO REGISTRO DE PREÇO

2.1. O órgão gerenciador será: **SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E SEG. PÚBLICA.**

2.1.1 Os órgão participantes serão: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E LAZER, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES.

2.2. - Poderá utilizar-se da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no **Decreto nº 11.462 de 2023, e na Lei nº 14.133/2021;**

2.2.1. A adesão à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP somente poderá ser autorizada pelo órgão gerenciador, devendo o órgão não participante efetivar a aquisição ou contratação solicitada no prazo legal de até 90 (noventa) dias após a referida autorização, observado o prazo de vigência da ata e em conformidade com o **art. 31, III, § 1.º ao 4.º do Decreto 11.462/2023.**

2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do objeto, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

2.4. As contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos deste ato convocatório e registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP; não podendo exceder na sua totalidade ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP para o órgão gerenciador e/ou órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme artigo 32, inciso I e II do Decreto nº 11.462 de 2023.

2.5. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 32 do Decreto nº 11.462 de 2023.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1. Os interessados em participar deste certame deverão estar credenciados junto ao Portal de ComprasPúblicas

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos

praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que porterceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. Será concedido o tratamento favorecido e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultor familiar produtor rural, microempreendedor individual – MEI e sociedade cooperativas de consumo nos limites previstos da Lei Complementar 123 de 2006 e suas alterações, conforme disposições constantes do Decreto Municipal 017/2025 com alterações segundo Decreto Municipal 026/2025.

3.4.1. A delimitação regional de que trata o Art. 3º, II do Decreto Regional 017/2025, passa a vigorar com alterações postas pelo Decreto Municipal 026/2025 com a seguinte redação: “compreende os municípios localizados em um raio de até 300 (trezentos) quilômetros a partir do centro geográfico do Município de Afrânio/PE, considerando-se a distância em linha reta”;

3.4.2 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas, empresas de pequeno porte que, no ano – calendário de realização da licitação ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5. Poderão participar desta licitação as interessadas que detenham atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Pregão.

3.5.1. Os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos da seguinte forma:

3.5.1.1 Ampla Concorrência a qualquer licitante que detenha atividade pertinente e compatível ao objeto a ser licitado, sem prejuízo as licitantes enquadradas como MICROEMPRESA - ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI E/OU ÀS COOPERATIVAS - COOP que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, tudo em conformidade com o art. 48 da Lei Complementar nº Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e 155/2016 e Decreto Federal 8.538/2015.

3.6. Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado as **ME/EPP/MEI/COOPERATIVAS** que se encontrem nas condições previstas no § 4º do artigo 3º, da Lei Complementar nº Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e 155/2016 e Decretos 8.538/2015, 10.273/2020.

3.7. Tratando-se de **ME/EPP/MEI/COOP** que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e 155/2016 e Decretos 8.538/2015, 10.273/2020, **deverão declarar no Sistema do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS o exercício do direito de preferência previsto em Lei.**

3.8. Como requisito para a participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas no Edital e seus Anexos.

3.9. A participação implica a aceitação integral dos termos deste Edital.

3.10. É vedada a participação de pessoa física (quando for o caso de participação desta) e de pessoa jurídica nos seguintes casos:

3.10.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.3.1. A vedação à participação de interessados que se apresentam constituídos sob a forma de consórcio não terá prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcio é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos do edital, o que não se aplica no presente certame. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, conforme se depreende do texto da Lei 14.133/2021, que em seu artigo 15º que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcios, para o caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Essa decisão com relação a vedação à participação de consórcios visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam realizar o fornecimento do objeto, reduziria o número de licitantes.

3.10.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.10.9 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.10.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego,



nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 8.3.2 e 8.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 8.3.2 e 8.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.17. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ "SIM" OU "NÃO", EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº123, de2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42a49;

b) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

c) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

e) Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

f) Que não possui em sua cadeia produtiva empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.18. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.



4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta como preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de menor aprendiz, nos termos do inciso XXXII do art. 7º da Constituição Federal;

4.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregado executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade das declarações de que trata os itens 4.3 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de



habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

5.1. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

5.1.1. Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional;

5.1.2. Indicar marca de cada item ofertado onde couber;

5.1.3. Fabricante de cada item ofertado onde couber;

5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. O prazo de validade da proposta será, no máximo, **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO



DE LANCES

6.1.A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. Durante a sessão pública de disputa, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O Sistema não identificará o autor dos lances ao (à) Pregoeiro(a) nem aos demais participantes.

6.8. O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.8.1. Não excluindo o item em tempo hábil, o licitante poderá enviar alerta ao pregoeiro para que o mesmo adote as providências cabíveis.

6.9. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa "ABERTO e FECHADO", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

6.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração **de 15 (quinze) minutos** e, após isso, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período **de até 10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.11. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o Sistema abrirá oportunidade para que a licitante da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até **05 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste Edital, poderão as licitantes dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.15. Poderá o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

6.16. No caso de desconexão entre o(a) Pregoeiro(a) e o Sistema no decorrer da etapa competitiva, o Sistema poderá permanecer acessível à recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sem prejuízos dos atos realizados.

6.17. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa, sendo reiniciada somente após comunicação expressa do(a) Pregoeiro(a) aos participantes, através de mensagem no Sistema, divulgando data e hora da reabertura da sessão, no intervalo mínimo de 24h para o reinício da sessão.

6.18. Após o encerramento dos lances, o Sistema detectará a existência de situação de empate ficto. Em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e 155/2016 e Decretos 8.538/2015, 10.273/2020, a microempresa, a empresa de pequeno porte, o microempreendedor individual e a cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 e que ofertou lance de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço da arrematante que não se enquadre nessa situação de empate, será convocada pelo(a) Pregoeiro(a), na sala de disputa, para, no prazo de até 05 (cinco) minutos, utilizando-se do direito de preferência, ofertar novo lance inferior ao melhor lance registrado, sob pena de preclusão.

6.19. O disposto no subitem anterior não se aplica quando a melhor oferta válida tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.20. Não havendo manifestação da licitante, o Sistema verificará a existência de outra proponente em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo outra situação de empate, o Sistema emitirá mensagem, cabendo ao(a) Pregoeiro(a) dar por encerrada a disputa do ITEM.

6.21. O Sistema informará a proposta de **menor preço** ao encerrar a fase de disputa.

6.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.23. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.24. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



6.24.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.24.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.24.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.24.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.24.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.24.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.24.2.2. empresas brasileiras;

6.24.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.25.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da



proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

8.1.1. A documentação exigida para fins de **habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.**

8.2. Serão exigidos os seguintes documentos para fins de **habilitação jurídica**:

8.2.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.2.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.2.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.2.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.2.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3. Para fins de **Habilitação fiscal, social e trabalhista**, serão exigidos:

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital ou Municipal, Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento do tributo Estadual, Distrital ou Municipal, Distrital relacionado ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a



apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4. A fim de comprovar a **qualificação Econômico-Financeira**, serão exigidos os seguintes documentos:

8.4.1. **Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante**, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.4.2. **Certidão negativa de falência ou recuperação judicial**, em se tratando de sociedades comerciais, ou de Execução Patrimonial, em se tratando de sociedade civil, passada pelo distribuidor judicial da sede da empresa, em data de, no máximo, **90 (noventa) dias** anteriores a data de realização desta licitação. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

a) Somente será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.

8.4.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

8.4.4 A empresa deverá apresentar Memorial de Cálculo, com base no Balanço do último exercício social, comprovando a boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 1 (um), obtidos pela aplicação das **seguintes fórmulas**:

a) Liquidez Corrente	L C =	<u>AtivoCirculante</u> PassivoCirculante
b) Liquidez Geral	L G =	<u>AtivoCirculante + Realizável a Longo Prazo</u> PassivoCirculante + Exigível a Longo Prazo
c) Solvência Geral	S G =	<u>Ativo Total</u> PassivoCirculante + Exigível a Longo Prazo

8.4.4.1 A empresa licitante que não apresentar o memorial de cálculo dos índices, a Comissão se reserva o direito de calcular;

8.4.4.2 Os índices econômico-financeiros adotados acima foram extraídos da Instrução Normativa IN 003/2018, de 26 de abril de 2018 – Secretaria de Gestão do Ministério do



Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – SEGES, alterada pela Instrução Normativa IN 010/2020, de 10 de fevereiro de 2020 – Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia – SEDGG;

8.4.4.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

8.4.4.4. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);

8.4.4.5. O balanço patrimonial e as demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante;

8.4.4.6. O balanço emitido via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital - Sped Fiscal, será aceito devidamente autenticado, mediante recibo de entrega emitido pelo sped, conforme autoriza o art. 78 –A, §1.º e § 2.º do Decreto n.º 1.800/1996, alterado pelo Decreto n.º 8.683/2016;

8.5. A fim de comprovar a **qualificação técnica**, serão exigidos os seguintes documentos

8.5.1 Apresentação de no mínimo 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de acordo com objeto licitado ou similar.

8.5.1.1. No (s) referido (s) atestado deverá, obrigatoriamente, constar a razão social/C.N.P. J/endereço/contato/nome e cargo de quem o emitiu;

8.5.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

8.5.2 Apresentar comprovação de vínculo de profissional nutricionista regularmente inscrito no respectivo Conselho Regional de Nutrição (CRN), integrante do quadro permanente de pessoal da licitante, na condição de responsável técnico.

8.5.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

8.5.4. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial ou pelo próprio concorrente.

8.5.5. Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com a lei 14.133/2021;

8.5.6. Apresentar Alvará Sanitário emitido pelo serviço de Vigilância Sanitária da sede licitante em plena validade;

8.6. Será exigido ainda:

8.6.1 Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

8.6.2 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021.

8.6.3 Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

8.6.4 Declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;

8.10. No caso de participação de Cooperativas, será exigido:

8.10.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.10.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.10.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.10.4 O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.10.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.10.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.10.7. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, mediante documento firmado pelo interessado ou seu representante legal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão de obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional.

8.11. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.12. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



8.13. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.14. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.15. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.16. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.17. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.17.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.18. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.18.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.19. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.19.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 02(duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**

8.19.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.20. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.20.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



8.20.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.21. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.21.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.21.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.22. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.23. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 0.

8.24. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.25. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.26. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.



9.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.6 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.7 Na transformação de ata em contrato será exigida a garantia contratual de 5% (cinco por cento) de acordo com o art. 96 da Lei 14.133/2021.

10. DOS RECURSOS.

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição



do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d. deixar de apresentar amostra;
- e. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- a. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).



11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela



Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *através do sistema www.portaldecompraspublicas.com*.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.



13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico WWW.portaldecompraspublicas.com/www.afraio.pe.gov.br.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I-FASE PREPARATÓRIA (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR / TERMODEREFERÊNCIA / ANÁLISE DE RISCO).

ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III- MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

ANEXO IV- MINUTA DO CONTRATO

Afrânio-PE, 02 de julho de 2026.

Aldeyse Da Purificação Cavalcanti
AGENTE DE EDITAIS
Portaria nº nº 309/2025



ANEXO I – FASE PREPARATÓRIA ESTUDO TÉCNICO PELIMINAR

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

O estudo técnico preliminar tem como objetivo, viabilizar a contratação de empresas especializada na prestação de serviços de Buffet de Decoração, para atender aos eventos institucionais realizados ao longo do ano, incluindo reuniões, capacitações, solenidades, conferências e eventos culturais, tais como os festejos do Divino Espírito Santo, Aniversários da Cidade, Expo Leite e Festejos do Caboclo, além de demais ações promovidas pelas secretarias do município de Afrânio.

A Contratação pretendida justifica-se na necessidade que a Secretaria Municipal de Administração, Finança e Seg. Publica, têm em atender as demandas de festas e eventos da cidade através de diversas secretárias.

A contratação de empresas especializada na prestação de serviços de Buffet de Decoração irá garantir toda a demanda de serviço, suprimindo as necessidades de diversos setores e secretárias que faz parte município de Afrânio.

Por essas razões, faz-se justa a contratação do fornecimento do produto em tela.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

Informamos que a previsão da futura contratação não está contemplada no Plano de Contratação Anual - PCA, pelo motivo da não elaboração do mesmo no ano anterior.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

O contrato celebrado com a adjudicatária terá vigência inicial de 12 meses, e obedecerá ao modelo constante do edital. No interesse da Administração, e demonstrada sua vantajosidade, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, conforme preceitua o art. 106, I, da Lei 14.133/2021.

A licitação será na modalidade pregão eletrônica e o critério de julgamento das propostas será lote único e o menor preço nos termos do artigo 34, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para prestação de serviços de Buffet, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam no ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

Está em conformidade com a vigilância sanitária do município, e seguir todas as normas de higiene, limpeza e segurança alimentar, estabelecidas pela agencia nacional de vigilância sanitária (ANVISA, r'dc 216/2009).

As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitos às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.

A contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato inicial atualizado, conforme prevê o Art. 124 I, "b", da Lei 14.133/2021.

O grau de eficiência da aquisição dos produtos será verificado mediante avaliação, mensal, do gestor/fiscal do contrato.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA ADOÇÃO DE MARGEM DE PREFERÊNCIA REGIONAL - DECRETO 17/2025 COM ALTERAÇÕES SEGUNDO O DECRETO 026/2025:

Justifica-se a adoção de margem de preferência regional com base nos seguintes fundamentos técnicos:

Fomento ao Desenvolvimento Econômico Regional (inciso I)

A restrição à participação de empresas sediadas na região visa fortalecer a economia local, incentivando a circulação de recursos dentro do território e promovendo o crescimento de empreendimentos regionais, que historicamente enfrentam dificuldades para competir com grandes empresas de centros urbanos distantes. A medida contribui diretamente para a geração de emprego e renda local.

Redução de Custos Logísticos e Impactos Ambientais (inciso III)

Empresas sediadas na região têm menor deslocamento até os locais de realização dos eventos, o que reduz significativamente os custos logísticos, especialmente com transporte de estruturas volumosas e equipamentos eletrônicos. Isso também implica menor emissão de gases poluentes e menor risco de atrasos operacionais.

Capacidade Produtiva Instalada na Região (inciso IV)

Levantamento prévio realizado por esta Administração identificou a existência de empresas com capacidade técnica e operacional instalada na região para atender plenamente ao objeto da contratação, inclusive com histórico de atuação em eventos públicos de médio e grande porte.

Existência de Concorrência Suficiente no Âmbito Regional (inciso V)

Há, no mínimo, três empresas ativas nos municípios abrangidos, com comprovada

regularidade jurídica e fiscal, e capacidade técnica para execução dos serviços, o que assegura a competitividade e a economicidade da licitação, mesmo com a delimitação regional.

Com base nos pontos acima, conclui-se que a adoção de margem de preferência regional encontra-se plenamente justificada, nos termos da legislação vigente, promovendo o equilíbrio regional, a justiça contratual e o atendimento ao interesse público.

Decreto 26/2025

Art. 1º: O inciso II do art. 3º do Decreto Municipal nº 017/2025 passa a vigorar com a seguinte redação: "II - Âmbito regional - compreende os municípios localizados em um raio de até 30 (trezentos) quilômetros a partir do centro geográfico do Município de Afrânio/PE

Considerando-se a distância em linha reta;" Art. 2º Fica acrescido o § 4º ao art. 3º do Decreto Municipal nº 017/2025, com a seguinte redação: "§4º - O limite geográfico de 300 (trezentos quilômetros poderão ser ampliados, mediante justificativa técnica e expressa previsão no edita atendendo as particularidades específicas de cada objeto do certame."

O grau de eficiência da aquisição dos produtos será verificado mediante avaliação, mensal, do gestor/fiscal do contrato.

4 – LEVANTAMENTO DE MERCADO:

A contratação pretendida tomou-se por base, contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração, bem como com fornecedores locais.

Vale salientar que esse levantamento de mercado não se confunde com a pesquisa de preços que será realizada posteriormente a este ETP. Foi realizada apenas uma análise inicial dos preços praticados no mercado para subsidiar a decisão da autoridade competente quanto à viabilidade econômica da contratação.

5 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

LOTE 01 - SERVIÇOS DE BUFFET			
ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT.
1	Água de coco in natura 500ml	Unid	250
2	Achocolatado de caixinha 200ml	Unid	200
3	Água de coco in natura 1LT	Unid	500

4	Água mineral sem gás 500 ml. Validade mínima 03 meses a contar com a data de validade. Ser registrada na Agência Nacional de vigilância sanitária. ANVISA e atender à portaria 451/97.	Unid	7000
5	Arranjo- estola com flores naturais, para chão em frente à mesa central de eventos.	Unid	50
6	Arranjo- flores naturais nobres para entrada de eventos.	Unid	50
7	Baguete- pão francês característico por sua forma alongada e casca crocante. Farinha, sal, água e fermento biológico. Recheada com queijo, presunto, patê de frango, alface e tomate. tam:45cm	Unid	50
8	Bandeja grande com mix de cereais- Bandeja contendo mix de cereais: castanhas, amendoins, amêndoas, uva passa.	Unid	50
9	Bandeja grande de batata cozida com frango- Bandeja contendo batata cozida com frango grelhado ou filé frito com cebola.	Unid	50
10	Bandeja grande de mandioca cozida com frango- Bandeja contendo mandioca cozida com frango grelhado ou filé frito com cebola.	Unid	50
11	Biscoito de polvilho- inseto de glúten, embalagem em sacos plásticos transparente, resistente, pesando 300gramas, 90% do produto deve estar com suas características físicas intactas (não quebradas), No seu rotulo deverá conter informação nutricional por porção, sobre glúten, ingredientes data de fabricação, validade e lote. Produtos de fabricação própria deverão apresentar ficha técnica.	Unid	100
12	Biscoito- pacote de biscoito club social	Unid	300
13	Bolo simples de aproximadamente de 1 kg sabor chocolate.	Kg	80
14	Bolo simples de aproximadamente de 1 kg, sabor formigueiro.	Kg	80
15	Bolo simples de aproximadamente de 1 kg, sabor leite.	Kg	80
16	Bolo simples de aproximadamente de 1 kg, sabor milho.	Kg	80
17	Bolo simples de aproximadamente de 1 kg, sabor trigo.	Kg	80
18	Cheeseburger- carne de hambúrguer (bovina), queijo, cebola, ketchup, mostarda e pão.	Unid	765

19	Cuscuz com frango desfiado no pote, em porções individuais de aproximadamente 250g. O produto deve ser preparado com ingredientes de primeira qualidade, mantendo textura, suculência e sabor característicos. O acondicionamento deve ser feito em potes individuais devidamente vedados com tampa, garantindo a higiene, a segurança alimentar e a conservação da temperatura ideal para o consumo imediato durante o evento.	Unid	1500
20	Docinhos- beijinho feito ao leite condensado e coco ralado.	Cent	30
21	Docinhos- brigadeiro, feito ao leite condensado, chocolate em pó e granulado de chocolate.	Cent	30
22	Docinhos- mini tatale-te doce assado ao forno e recheio de leite condensado.	Unid	3000
23	Docinhos- surpresa de uva, com leite condensado, anilina em cor, uva sem semente.	Cent	30
24	Garrafa de aproximadamente 1500ml de leite quente.	Unid	100
25	Garrafa de café de 1500ml quente adoçado.	Unid	200
26	Geleia artesanal sabor tamarindo feito artesanalmente. Peso 300g	Unid	50
27	Gelo potável, tipo cubo ou escama, produzido com água filtrada e cristalina, livre de impurezas. O produto deve ser entregue em embalagens plásticas lacradas e higienizadas de 5kg.	Pact	300
28	Iogurte- Iogurte de 1LT sabores variados	Unid	100
29	Kit-Lanche- embalagem transparente devidamente identificada com adesivo do município contendo dentro guardanapo, uma mini coxinha de frango, mini bolinha de queijo, mini pão de queijo, assado no forno com recheio de creme de requeijão macio e bem recheada, mini cachorro quente e uma fatia de bolo variado (trigo, formigueiro, leite e chocolate)	Unid	1000

30	Mesa de frutas para eventos de até 1.000 pessoas. A Mesa será composta por frutas frescas e higienizadas (banana, melancia, melão e abacaxi) em estágio ideal de maturação, sendo vedada a entrega de exemplares verdes ou excessivamente maduros, a banana será entregue de forma individual e as demais frutas processadas em cortes práticos, como pedaços ou cubos em recipientes adequados para consumo imediato. A estrutura e o dimensionamento da estação deverão ser estritamente proporcionais ao número total de inscritos, garantindo o fluxo contínuo e o atendimento integral de todos os participantes. A contratada deve zelar pela higiene e conservação térmica, assumindo responsabilidade total pela logística em veículos adequados, manipulação segundo normas sanitárias, fornecimento de insumos descartáveis e gestão imediata dos resíduos orgânicos gerados.	Serv	2
31	Mini salgados- barquete assada no forno com recheio de bacalhau e catupiry	Cent	100
32	Mini salgados- barquete assada no forno com recheio de bacalhau.	Cent	100
33	Mini salgados- barquete assada no forno com recheio de frango c/catupiry	Cent	100
34	Mini salgados- Barquete assada no forno com recheio de siri	Cent	100
35	Mini salgados- barquete fechada assada no forno com recheio de bacalhau.	Cent	100
36	Mini salgados- canapé de brie c/ bacon e castanha	Cent	100
37	Mini salgados- canapé de kani c/ creme chees	Cent	100
38	Mini salgados- canapé de peito de peru c/ abacaxi	Cent	100
39	Mini salgados- canapé de ricota c/ geleia de abacaxi	Cent	100
40	Mini salgados- canapé de salame	Cent	100
41	Mini salgados- cestinhas de bacalhau c/batata palha	Cent	100
42	Mini salgados- cestinhas de frango c/catupiry	Cent	100
43	Mini salgados- cestinhas de stroganoff russo	Cent	100
44	Mini salgados- copinho c/ pimenta biquinho	Cent	100
45	Mini salgados- copinho de alho poró	Cent	100
46	Mini salgados- copinho de camarão c/ provolone	Cent	100
47	Mini salgados- copinho de carne c/ cebola glaceada	Cent	100

48	Mini salgados- copinho de carne c/catupiry	Cent	100
49	Mini salgados- copinho de frango c/ catupiry	Cent	100
50	Mini salgados- copinho de frango c/palmito	Cent	100
51	Mini salgados- copinho de gorgonzola c/damasco.	Cent	100
52	Mini salgados- copinho de queijo c/ geleia de damasco.	Cent	100
53	Mini salgados- copinho de queijo c/ geleia de frutas vermelhas	Cent	100
54	Mini salgados- copinho de queijo c/ salame	Cent	100
55	Mini salgados- mini bolinha de carne seca, bata inglesa cozida com recheio de carne seca.	Cent	100
56	Mini salgados- mini bolinha de queijo, com recheio de queijo.	Cent	150
57	Mini salgados- mini bolinha napolitana, com recheio de queijo, calabresa e orégano.	Cent	150
58	Mini salgados- mini boliviano, com recheio de batata inglesa cozida, canela em pó, açúcar com recheio de passa, azeitona, pimenta, carne.	Cent	100
59	Mini salgados- mini coxinha, com recheio de frango.	Cent	120
60	Mini salgados- mini empada de bacalhau, assada no forno com recheio de bacalhau bem molhadinho, macia e bem recheada.	Cent	100
61	Mini salgados- Mini empada, assada no forno com recheio de frango.	Cent	150
62	Mini salgados- mini esfirra no forno com recheio de frango bem molhadinho, macia e bem recheada.	Cent	150
63	Mini salgados- Mini esfirra no forno com recheio de salsicha bem molhadinho, macia e bem recheada.	Cent	100
64	Mini salgados- mini esfirra, assada no forno com recheio de carne de boi moída bem molhadinho, macia e bem recheada	Cent	100
65	Mini salgados- mini esfirra, assada no forno com recheio de presunto e queijo, macia e bem recheada.	Cent	100
66	Mini salgados- mini hambúrguer artesanal	Cent	100
67	Mini salgados- mini pão de queijo, assada no forno com recheio de creme de requeijão macia e bem recheada.	Cent	100
68	Mini salgados- Mini pão de queijo, assado no forno com recheio de catupiry.	Cent	100

69	Mini salgados- mini pastel assado no forno com recheio de carne de boi moída.	Cent	100
70	Mini salgados- mini pastel, frito em óleo fervente com recheio de frango.	Cent	130
71	Mini salgados- mini pastel, frito em óleo fervente com recheio de queijo.	Cent	130
72	Mini salgados- mini pastel. assado no forno com recheio de frango.	Cent	130
73	Mini salgados- Mini rabinho, com recheio de carne moída (coxão mole), milho verde e ervilha.	Cent	130
74	Mini salgados- Quiche de chester, assada no forno com recheio de chester desfiado com molho vermelho, cebola, milho catupiry.	Cent	100
75	Murta- folhagem de murta para arranjos naturais.	Unid	50
76	Peta- peta caseira feita à base de tapioca, ovo, óleo, sal e bicarbonato. Embalagem com 70g. Prazo de validade mínima de 60 dias a contar da data de entrega.	Pct	200
77	Picolé de frutas- sabores variados embalados individualmente pesando aproximadamente 60 gramas cada. VALIDADE: mínima de 1(um) mês a contar com a data da entrega.	Unid	100
78	Refrigerante de 2L; composto de extrato de cola, água gaseificada, açúcar; sendo permitido 0,02g a 0,2g; isento de corantes artificiais.	Litros	2200
79	Refrigerante de 2L; composto de extrato de guaraná, água gaseificada, açúcar; sendo permitido 0,02g a 0,2g de extrato de semente de guaraná; isento de corantes artificiais.	Litros	2200
80	Refrigerante de 2L; composto de extrato de laranja, água gaseificada, açúcar; sendo permitido 0,02g a 0,2g; isento de corantes artificiais.	Litros	2200
81	Refrigerante de 2L; composto de extrato de limão, água gaseificada, açúcar; sendo permitido 0,02g a 0,2g; isento de corantes artificiais.	Litros	2200
82	Salgado- cachorro quente composto por pão com carne, salsicha.	Unid	1500
83	Salgado- mini pizza mista, assada no forno com recheio de queijo, presunto e molho de tomate	Unid	500

84	Salgado- sanduíche, composto por pão de sanduíche, presunto e queijo muçarela. Pincelado com margarina.	Unid	600
85	Sequillo- biscoito caseiro tipo sequillo a base de amido de milho ou de mandioca, açúcar, gordura vegetal, ovos, sal e aromatizante. pacote aproximadamente 500g	Pct	200
86	Sobremesas- mouse sabores diversos, pudim ou salada de frutas	Unid	900
87	Sorvete de frutas- sorvete em balde 10LT, sabores variados: morango, chocolate, creme e coco	Unid	50
88	Suco de frutas frescas ou polpa de fruta congelada, nos sabores laranja, acerola, caju ou outros a serem definidos pela contratante. O produto deve apresentar cor, aroma e sabor característicos da fruta de origem, com aspecto homogêneo, baixo teor de açúcares e preservação das propriedades nutricionais, sendo terminantemente proibida a utilização de sucos artificiais em pó, concentrados químicos ou corantes. O transporte e a disponibilização deverão ocorrer em recipientes térmicos apropriados, com capacidade individual mínima de 20 (vinte) litros, devidamente higienizados e vedados, garantindo a manutenção da temperatura de refrigeração e a integridade sanitária do alimento durante todo o período do evento.	Galão	50
89	Suco em caixa com 1000ml sabores variados. Ref: Del Valle, Marata ou similar.	Unid	1500
90	Tábua de frios grande- composta por: queijo do reino, presunto, presunto parma, provolone, salame, castanha, nozes, geleias, gorgonzola, azeitona	Unid	50
91	Tábua de frios média- Tábua de frios média composta por: presunto, queijo, mussarela, salame, azeitona e queijo coalho e queijo prato.	Unid	50
92	Tortas- tortas doces recheadas, confeccionada com farinha de trigo, leite, açúcar e recheado com cremes e leite condensado e chocolate e frutas podendo ser abacaxi, pêssago, figo, ameixa ou frutas vermelhas.	kg	120
93	Tortas- tortas salgadas recheio de frango, peso mínimo 1kg. Forma redonda.	kg	115

LOTE 02 - SERVIÇOS DE DECORAÇÃO

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT.
1	Arranjo- flores naturais para o centro das mesas, com 2 flores pássaro de fogo, 2 crisântemos cor vermelha, 3 folhas de capim paulista, 2 folhas de capim palmeira (para envolver a base e base em tijolo esponjoso).	Unid	50
2	Aster- folhagem para arranjos naturais.	Unid	50

3	Caixa floral- esponja vegetal para arranjos naturais- caixa com 18 unidades.	Unid	40
4	Cesta de frutas da estação, embalagens individualmente com plástico filme tamanho grande	Unid	120
5	Cesta de frutas da estação, embalagens individualmente com plástico filme tamanho médio.	Unid	120
6	Decoração de eventos com até 1.000 (mil) balões. (nas cores: verde, branca, azul, amarelo e rosa – definidas pela secretaria.	Unid	30
7	Garçom para atender o público indicado.	Unid	120
8	Lírio- Lírio natural cores variadas.	Unid	50
9	Locação de cadeira em Dior ou napoleão, com encosto, sem braço, empalhável.	Unid	170
10	Locação de aparadores em madeira.	Unid	40
11	Locação de cadeira Tiffany dourada, com encosto, sem braço, empalhável.	Unid	200
12	Locação de cadeira plástica fabricada em polipropileno de alta resistência, com design ergonômico e estrutura empalhável para otimização de espaço. O modelo deve possuir acabamento uniforme, facilidade de limpeza e capacidade de carga mínima de 120 kg.	Unid	1000
13	Locação de capa para cadeira- material microfibra 100% poliéster, medidas: 50x50x90 babado com 45cm altura.	Unid	1000
14	Locação de espelho- espelho com moldura.	Unid	40
15	Locação de mesas redondas em madeira 1,20x1,20m	Unid	50
16	Locação de poltronas- poltronas acolchoadas.	Unid	50
17	Locação e decoração de mesas para cerimonial forrada com toalha de banquete na cor branca.	Unid	30
18	Locação mesa alta tipo bistrô com 03 (três) banquetas coordenadas. Mesa com tampo circular de MDF 18mm ou Madeira, estrutura em aço com pintura eletrostática epóxi preta. Banquetas com apoio para os pés, assento com estofado em corino ou madeira e encosto ergonômico. Design empalhável ou compacto para facilitar a logística de eventos."	Unid	50
19	Locação mesas em madeira 2,40x1,00m	Unid	30
20	Locação tampões - tampo redondo de madeira, diâmetro de 1,20 metros.	Unid	500
21	Locação tapete- tapete quadrado, no tamanho 3mx3m. Sem manchas, furos ou rasgo.	Unid	50
22	Locação toalha de mesa quadrada- toalha de mesa quadrada: em tecido no tamanho de 1,40m x 1,40m.	Unid	500
23	Locação toalha de mesa redonda- toalha para mesa redonda, tecido gorgorão, no tamanho de 3m de diâmetro, cores a combinar.	Unid	500
24	Malhas - tipo visco lycra para decoração do ambiente – nas cores: verde, branca, azul, amarelo e rosa com comprimento de 10m, altura de 5m e largura de 3m.	Unid	300

25	Margarina- flores naturais, margarida nas cores branca, chá, rosa ou vermelha.	Unid	50
26	Ornamentação de ambiente- Ornamentação simples (cortinas, mesa diretora devidamente forrada e decorada, mesa buffet devidamente forrada e decorada) área instagramável	Unid	30
27	Papiro egípcio- folhagem de papiro egípcio para arranjos naturais.	Unid	50
28	Rosas vermelhas- rosas naturais na cor vermelha, pacote com 20 unidades.	Unid	50
29	Sofá- sofá com dois lugares.	Unid	50
30	Sofá- sofá com três lugares.	Unid	50
31	Tango- folhagem tango para arranjos naturais.	Unid	50
32	Vaso ornamental: vaso ornamental tamanho grande para decoração das áreas de circulação com planta natural.	Unid	50

ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO PRODUTO

LOTE 01 - SERVIÇOS DE BUFFET					
ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT.	PREÇO MÉDIO	TOTAL
1	Água de coco in natura 500ml	Unid	250	R\$ 8,65	R\$ 2.162,50
2	Achocolatado de caixinha 200ml	Unid	200	R\$ 4,24	R\$ 848,00
3	Água de coco in natura 1LT	Unid	500	R\$ 16,61	R\$ 8.305,00
4	Água mineral sem gás 500 ml. Validade mínima 03 meses a contar com a data de validade. Ser registrada na Agência Nacional de vigilância sanitária. ANVISA e atender à portaria 451/97.	Unid	7000	R\$ 2,83	R\$ 19.810,00
5	Arranjo- estola com flores naturais, para chão em frente à mesa central de eventos.	Unid	50	R\$ 108,00	R\$ 5.400,00
6	Arranjo- flores naturais nobres para entrada de eventos.	Unid	50	R\$ 436,35	R\$ 21.817,50
7	Baguete- pão francês característico por sua forma alongada e casca crocante. Farinha, sal, água e fermento biológico. Recheada com queijo, presunto, patê de frango, alface e tomate. tam:45cm	Unid	50	R\$ 29,56	R\$ 1.478,00

8	Bandeja grande com mix de cereais- Bandeja contendo mix de cereais: castanhas, amendoins, amêndoas, uva passa.	Unid	50	R\$ 41,30	R\$ 2.065,00
9	Bandeja grande de batata cozida com frango- Bandeja contendo batata cozida com frango grelhado ou filé frito com cebola.	Unid	50	R\$ 68,56	R\$ 3.428,00
10	Bandeja grande de mandioca cozida com frango- Bandeja contendo mandioca cozida com frango grelhado ou filé frito com cebola.	Unid	50	R\$ 60,97	R\$ 3.048,50
11	Biscoito de polvilho- inseto de glúten, embalagem em sacos plásticos transparente, resistente, pesando 300gramas, 90% do produto deve estar com suas características físicas intactas (não quebradas), No seu rotulo deverá conter informação nutricional por porção, sobre glúten, ingredientes data de fabricação, validade e lote. Produtos de fabricação própria deverão apresentar ficha técnica.	Unid	100	R\$ 10,13	R\$ 1.013,00
12	Biscoito- pacote de biscoito club social	Unid	300	R\$ 6,59	R\$ 1.977,00
13	Bolo simples de aproximadamente de 1 kg sabor chocolate.	Kg	80	R\$ 35,06	R\$ 2.804,80
14	Bolo simples de aproximadamente de 1 kg, sabor formigueiro.	Kg	80	R\$ 35,50	R\$ 2.840,00
15	Bolo simples de aproximadamente de 1 kg, sabor leite.	Kg	80	R\$ 35,23	R\$ 2.818,40
16	Bolo simples de aproximadamente de 1 kg, sabor milho.	Kg	80	R\$ 35,23	R\$ 2.818,40
17	Bolo simples de aproximadamente de 1 kg, sabor trigo.	Kg	80	R\$ 35,89	R\$ 2.871,20
18	Cheeseburger- carne de hambúrguer (bovina), queijo, cebola, ketchup, mostarda e pão.	Unid	765	R\$ 13,58	R\$ 10.388,70

19	Cuscuz com frango desfiado no pote, em porções individuais de aproximadamente 250g. O produto deve ser preparado com ingredientes de primeira qualidade, mantendo textura, suculência e sabor característicos. O acondicionamento deve ser feito em potes individuais devidamente vedados com tampa, garantindo a higiene, a segurança alimentar e a conservação da temperatura ideal para o consumo imediato durante o evento.	Unid	1500	R\$ 12,97	R\$ 19.455,00
20	Docinhos- beijinho feito ao leite condensado e coco ralado.	Cent	30	R\$ 164,38	R\$ 4.931,40
21	Docinhos- brigadeiro, feito ao leite condensado, chocolate em pó e granulado de chocolate.	Cent	30	R\$ 203,96	R\$ 6.118,80
22	Docinhos- mini tatale-te doce assado ao forno e recheio de leite condensado.	Unid	3000	R\$ 1,70	R\$ 5.100,00
23	Docinhos- surpresa de uva, com leite condensado, anilina em cor, uva sem semente.	Cent	30	R\$ 153,86	R\$ 4.615,80
24	Garrafa de aproximadamente 1500ml de leite quente.	Unid	100	R\$ 26,77	R\$ 2.677,00
25	Garrafa de café de 1500ml quente adoçado.	Unid	200	R\$ 21,20	R\$ 4.240,00
26	Geleia artesanal sabor tamarindo feito artesanalmente. Peso 300g	Unid	50	R\$ 22,26	R\$ 1.113,00
27	Gelo potável, tipo cubo ou escama, produzido com água filtrada e cristalina, livre de impurezas. O produto deve ser entregue em embalagens plásticas lacradas e higienizadas de 5kg.	Pact	300	R\$ 24,84	R\$ 7.452,00
28	Iogurte- Iogurte de 1LT sabores variados	Unid	100	R\$ 11,19	R\$ 1.119,00

29	Kit-Lanche- embalagem transparente devidamente identificada com adesivo do município contendo dentro guardanapo, uma mini coxinha de frango, mini bolinha de queijo, mini pão de queijo, assado no forno com recheio de creme de requeijão macio e bem recheada, mini cachorro quente e uma fatia de bolo variado (trigo, formigueiro, leite e chocolate)	Unid	1000	R\$ 23,80	R\$ 23.800,00
30	Mesa de frutas para eventos de até 1.000 pessoas. A Mesa será composta por frutas frescas e higienizadas (banana, melancia, melão e abacaxi) em estágio ideal de maturação, sendo vedada a entrega de exemplares verdes ou excessivamente maduros, a banana será entregue de forma individual e as demais frutas processadas em cortes práticos, como pedaços ou cubos em recipientes adequados para consumo imediato. A estrutura e o dimensionamento da estação deverão ser estritamente proporcionais ao número total de inscritos, garantindo o fluxo contínuo e o atendimento integral de todos os participantes. A contratada deve zelar pela higiene e conservação térmica, assumindo responsabilidade total pela logística em veículos adequados, manipulação segundo normas sanitárias, fornecimento de insumos descartáveis e gestão imediata dos resíduos orgânicos gerados.	Serv	2	R\$ 15.783,33	R\$ 31.566,66
31	Mini salgados- barquete assada no forno com recheio de bacalhau e catupiry	Cent	100	R\$ 208,07	R\$ 20.807,00
32	Mini salgados- barquete assada no forno com recheio de bacalhau.	Cent	100	R\$ 208,07	R\$ 20.807,00
33	Mini salgados- barquete assada no forno com recheio de frango c/catupiry	Cent	100	R\$ 208,07	R\$ 20.807,00
34	Mini salgados- Barquete assada no forno com recheio de siri	Cent	100	R\$ 208,07	R\$ 20.807,00
35	Mini salgados- barquete fechada assada no forno com recheio de bacalhau.	Cent	100	R\$ 208,07	R\$ 20.807,00

36	Mini salgados- canapé de brie c/ bacon e castanha	Cent	100	R\$ 217,23	R\$ 21.723,00
37	Mini salgados- canapé de kani c/ creme chees	Cent	100	R\$ 217,23	R\$ 21.723,00
38	Mini salgados- canapé de peito de peru c/ abacaxi	Cent	100	R\$ 217,23	R\$ 21.723,00
39	Mini salgados- canapé de ricota c/ geleia de abacaxi	Cent	100	R\$ 217,23	R\$ 21.723,00
40	Mini salgados- canapé de salame	Cent	100	R\$ 220,83	R\$ 22.083,00
41	Mini salgados- cestinhas de bacalhau c/batata palha	Cent	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
42	Mini salgados- cestinhas de frango c/catupiry	Cent	100	R\$ 195,77	R\$ 19.577,00
43	Mini salgados- cestinhas de strogonoff russo	Cent	100	R\$ 200,67	R\$ 20.067,00
44	Mini salgados- copinho c/ pimenta biquinho	Cent	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
45	Mini salgados- copinho de alho poró	Cent	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
46	Mini salgados- copinho de camarão c/ provolone	Cent	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
47	Mini salgados- copinho de carne c/ cebola glaceada	Cent	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
48	Mini salgados- copinho de carne c/catupiry	Cent	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
49	Mini salgados- copinho de frango c/catupiry	Cent	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
50	Mini salgados- copinho de frango c/palmito	Cent	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
51	Mini salgados- copinho de gorgonzola c/damasco.	Cent	100	R\$ 216,67	R\$ 21.667,00
52	Mini salgados- copinho de queijo c/ geleia de damasco.	Cent	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
53	Mini salgados- copinho de queijo c/ geleia de frutas vermelhas	Cent	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
54	Mini salgados- copinho de queijo c/ salame	Cent	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
55	Mini salgados- mini bolinha de carne seca, bata inglesa cozida com recheio de carne seca.	Cent	100	R\$ 157,22	R\$ 15.722,00
56	Mini salgados- mini bolinha de queijo, com recheio de queijo.	Cent	150	R\$ 148,36	R\$ 22.254,00
57	Mini salgados- mini bolinha napolitana, com recheio de queijo, calabresa e orégano.	Cent	150	R\$ 154,03	R\$ 23.104,50

58	Mini salgados- mini boliviano, com recheio de batata inglesa cozida, canela em pó, açúcar com recheio de passa, azeitona, pimenta, carne.	Cent	100	R\$ 154,67	R\$ 15.467,00
59	Mini salgados- mini coxinha, com recheio de frango.	Cent	120	R\$ 148,36	R\$ 17.803,20
60	Mini salgados- mini empada de bacalhau, assada no forno com recheio de bacalhau bem molhadinho, macia e bem recheada.	Cent	100	R\$ 152,05	R\$ 15.205,00
61	Mini salgados- Mini empada, assada no forno com recheio de frango.	Cent	150	R\$ 133,67	R\$ 20.050,50
62	Mini salgados- mini esfirra no forno com recheio de frango bem molhadinho, macia e bem recheada.	Cent	150	R\$ 146,73	R\$ 22.009,50
63	Mini salgados- Mini esfirra no forno com recheio de salsicha bem molhadinho, macia e bem recheada.	Cent	100	R\$ 146,91	R\$ 14.691,00
64	Mini salgados- mini esfirra, assada no forno com recheio de carne de boi moída bem molhadinho, macia e bem recheada	Cent	100	R\$ 152,62	R\$ 15.262,00
65	Mini salgados- mini esfirra, assada no forno com recheio de presunto e queijo, macia e bem recheada.	Cent	100	R\$ 135,67	R\$ 13.567,00
66	Mini salgados- mini hambúrguer artesanal	Cent	100	R\$ 243,33	R\$ 24.333,00
67	Mini salgados- mini pão de queijo, assada no forno com recheio de creme de requeijão macia e bem recheada.	Cent	100	R\$ 156,83	R\$ 15.683,00
68	Mini salgados- Mini pão de queijo, assado no forno com recheio de catupiry.	Cent	100	R\$ 163,67	R\$ 16.367,00
69	Mini salgados- mini pastel assado no forno com recheio de carne de boi moída.	Cent	100	R\$ 135,67	R\$ 13.567,00
70	Mini salgados- mini pastel, frito em óleo fervente com recheio de frango.	Cent	130	R\$ 151,63	R\$ 19.711,90
71	Mini salgados- mini pastel, frito em óleo fervente com recheio de queijo.	Cent	130	R\$ 151,63	R\$ 19.711,90
72	Mini salgados- mini pastel. assado no forno com recheio de frango.	Cent	130	R\$ 155,70	R\$ 20.241,00

73	Mini salgados- Mini rabinho, com recheio de carne moída (coxão mole), milho verde e ervilha.	Cent	130	R\$ 152,67	R\$ 19.847,10
74	Mini salgados- Quiche de chester, assada no forno com recheio de chester desfiado com molho vermelho, cebola, milho catupiry.	Cent	100	R\$ 151,12	R\$ 15.112,00
75	Murta- folhagem de murta para arranjos naturais.	Unid	50	R\$ 35,17	R\$ 1.758,50
76	Peta- peta caseira feita à base de tapioca, ovo, óleo, sal e bicarbonato. Embalagem com 70g. Prazo de validade mínima de 60 dias a contar da data de entrega.	Pct	200	R\$ 9,97	R\$ 1.994,00
77	Picolé de frutas- sabores variados embalados individualmente pesando aproximadamente 60 gramas cada. VALIDADE: mínima de 1(um) mês a contar com a data da entrega.	Unid	100	R\$ 5,58	R\$ 558,00
78	Refrigerante de 2L; composto de extrato de cola, água gaseificada, açúcar; sendo permitido 0,02g a 0,2g; isento de corantes artificiais.	Litros	2200	R\$ 13,67	R\$ 30.074,00
79	Refrigerante de 2L; composto de extrato de guaraná, água gaseificada, açúcar; sendo permitido 0,02g a 0,2g de extrato de semente de guaraná; isento de corantes artificiais.	Litros	2200	R\$ 13,67	R\$ 30.074,00
80	Refrigerante de 2L; composto de extrato de laranja, água gaseificada, açúcar; sendo permitido 0,02g a 0,2g; isento de corantes artificiais.	Litros	2200	R\$ 13,67	R\$ 30.074,00
81	Refrigerante de 2L; composto de extrato de limão, água gaseificada, açúcar; sendo permitido 0,02g a 0,2g; isento de corantes artificiais.	Litros	2200	R\$ 13,67	R\$ 30.074,00
82	Salgado- cachorro quente composto por pão com carne, salsicha.	Unid	1500	R\$ 15,14	R\$ 22.710,00
83	Salgado- mini pizza mista, assada no forno com recheio de queijo, presunto e molho de tomate	Unid	500	R\$ 7,05	R\$ 3.525,00

84	Salgado- sanduíche, composto por pão de sanduíche, presunto e queijo muçarela. Pincelado com margarina.	Unid	600	R\$ 16,37	R\$ 9.822,00
85	Sequilha- biscoito caseiro tipo sequilha a base de amido de milho ou de mandioca, açúcar, gordura vegetal, ovos, sal e aromatizante. pacote aproximadamente 500g	Pct	200	R\$ 15,00	R\$ 3.000,00
86	Sobremesas- mouse sabores diversos, pudim ou salada de frutas	Unid	900	R\$ 10,38	R\$ 9.342,00
87	Sorvete de frutas- sorvete em balde 10LT, sabores variados: morango, chocolate, creme e coco	Unid	50	R\$ 162,85	R\$ 8.142,50
88	Suco de frutas frescas ou polpa de fruta congelada, nos sabores laranja, acerola, caju ou outros a serem definidos pela contratante. O produto deve apresentar cor, aroma e sabor característicos da fruta de origem, com aspecto homogêneo, baixo teor de açúcares e preservação das propriedades nutricionais, sendo terminantemente proibida a utilização de sucos artificiais em pó, concentrados químicos ou corantes. O transporte e a disponibilização deverão ocorrer em recipientes térmicos apropriados, com capacidade individual mínima de 20 (vinte) litros, devidamente higienizados e vedados, garantindo a manutenção da temperatura de refrigeração e a integridade sanitária do alimento durante todo o período do evento.	Galão	50	R\$ 11,75	R\$ 587,50
89	Suco em caixa com 1000ml sabores variados. Ref: Del Valle, Marata ou similar.	Unid	1500	R\$ 11,33	R\$ 16.995,00
90	Tábua de frios grande- composta por: queijo do reino, presunto, presunto parma, provolone, salame, castanha, nozes, geleias, gorgonzola, azeitona	Unid	50	R\$ 116,78	R\$ 5.839,00
91	Tábua de frios média- Tábua de frios média composta por: presunto, queijo, mussarela, salame, azeitona e queijo coalho e queijo prato.	Unid	50	R\$ 94,33	R\$ 4.716,50

92	Tortas- tortas doces recheadas, confeccionada com farinha de trigo, leite, açúcar e recheado com cremes e leite condensado e chocolate e frutas podendo ser abacaxi, pêssago, figo, ameixa ou frutas vermelhas.	kg	120	R\$ 83,00	R\$ 9.960,00
93	Tortas- tortas salgadas recheio de frango, peso mínimo 1kg. Forma redonda.	kg	115	R\$ 79,98	R\$ 9.197,70
valor total					R\$ 1.294.230,96

LOTE 02 - SERVIÇOS DE DECORAÇÃO

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT.	PREÇO MÉDIO	TOTAL
1	Arranjo- flores naturais para o centro das mesas, com 2 flores pássaro de fogo, 2 crisântemos cor vermelha, 3 folhas de capim paulista, 2 folhas de capim palmeira (para envolver a base e base em tijolo esponjoso).	Unid	50	R\$ 119,67	R\$ 5.983,50
2	Aster- folhagem para arranjos naturais.	Unid	50	R\$ 111,67	R\$ 5.583,50
3	Caixa floral- esponja vegetal para arranjos naturais- caixa com 18 unidades.	Unid	40	R\$ 255,03	R\$ 10.201,20
4	Cesta de frutas da estação, embalagens individualmente com plástico filme tamanho grande	Unid	120	R\$ 64,67	R\$ 7.760,40
5	Cesta de frutas da estação, embalagens individualmente com plástico filme tamanho médio.	Unid	120	R\$ 82,00	R\$ 9.840,00
6	Decoração de eventos com até 1.000 (mil) balões. (nas cores: verde, branca, azul, amarelo e rosa – definidas pela secretaria.	Unid	30	R\$ 534,76	R\$ 16.042,80
7	Garçom para atender o público indicado.	Unid	120	R\$ 164,67	R\$ 19.760,40
8	Lírio- Lírio natural cores variadas.	Unid	50	R\$ 168,93	R\$ 8.446,50
9	Locação de cadeira em Dior ou napoleão, com encosto, sem braço, empalhável.	Unid	170	R\$ 15,15	R\$ 2.575,50
10	Locação de aparadores em madeira.	Unid	40	R\$ 126,80	R\$ 5.072,00
11	Locação de cadeira Tiffany dourada, com encosto, sem braço, empalhável.	Unid	200	R\$ 11,97	R\$ 2.394,00

12	Locação de cadeira plástica fabricada em polipropileno de alta resistência, com design ergonômico e estrutura empalhável para otimização de espaço. O modelo deve possuir acabamento uniforme, facilidade de limpeza e capacidade de carga mínima de 120 kg.	Unid	1000	R\$ 13,02	R\$ 13.020,00
13	Locação de capa para cadeira-material microfibra 100% poliéster, medidas: 50x50x90 babado com 45cm altura.	Unid	1000	R\$ 5,48	R\$ 5.480,00
14	Locação de espelho- espelho com moldura.	Unid	40	R\$ 122,39	R\$ 4.895,60
15	Locação de mesas redondas em madeira 1,20x1,20m	Unid	50	R\$ 100,00	R\$ 5.000,00
16	Locação de poltronas- poltronas acolchoadas.	Unid	50	R\$ 117,83	R\$ 5.891,50
17	Locação e decoração de mesas para cerimonial forrada com toalha de banquete na cor branca.	Unid	30	R\$ 151,65	R\$ 4.549,50
18	Locação mesa alta tipo bistrô com 03 (três) banquetas coordenadas. Mesa com tampo circular de MDF 18mm ou Madeira, estrutura em aço com pintura eletrostática epóxi preta. Banquetas com apoio para os pés, assento com estofado em corino ou madeira e encosto ergonômico. Design empalhável ou compacto para facilitar a logística de eventos."	Unid	50	R\$ 90,00	R\$ 4.500,00
19	Locação mesas em madeira 2,40x1,00m	Unid	30	R\$ 148,04	R\$ 4.441,20
20	Locação tampões - tampo redondo de madeira, diâmetro de 1,20 metros.	Unid	500	R\$ 5,56	R\$ 2.780,00
21	Locação tapete- tapete quadrado, no tamanho 3mx3m. Sem manchas, furos ou rasgo.	Unid	50	R\$ 108,39	R\$ 5.419,50
22	Locação toalha de mesa quadrada-toalha de mesa quadrada: em tecido no tamanho de 1,40m x 1,40m.	Unid	500	R\$ 8,27	R\$ 4.135,00
23	Locação toalha de mesa redonda-toalha para mesa redonda, tecido gorgorão, no tamanho de 3m de diâmetro, cores a combinar.	Unid	500	R\$ 10,00	R\$ 5.000,00

24	Malhas - tipo visco lycra para decoração do ambiente – nas cores: verde, branca, azul, amarelo e rosa com comprimento de 10m, altura de 5m e largura de 3m.	Unid	300	R\$ 24,91	R\$ 7.473,00
25	Margarina- flores naturais, margarida nas cores branca, chá, rosa ou vermelha.	Unid	50	R\$ 80,51	R\$ 4.025,50
26	Ornamentação de ambiente- Ornamentação simples (cortinas, mesa diretora devidamente forrada e decorada, mesa buffet devidamente forrada e decorada) área instagramável	Unid	30	R\$ 3.233,33	R\$ 96.999,90
27	Papiro egípcio- folhagem de papiro egípcio para arranjos naturais.	Unid	50	R\$ 47,68	R\$ 2.384,00
28	Rosas vermelhas- rosas naturais na cor vermelha, pacote com 20 unidades.	Unid	50	R\$ 141,43	R\$ 7.071,50
29	Sofá- sofá com dois lugares.	Unid	50	R\$ 255,34	R\$ 12.767,00
30	Sofá- sofá com três lugares.	Unid	50	R\$ 423,33	R\$ 21.166,50
31	Tango- folhagem tango para arranjos naturais.	Unid	50	R\$ 34,08	R\$ 1.704,00
32	Vaso ornamental: vaso ornamental tamanho grande para decoração das áreas de circulação com planta natural.	Unid	50	R\$ 469,10	R\$ 23.455,00
valor total					R\$ 335.818,50

5.1 – JUSTIFICATIVA DAS QUANTIDADES

Para a definição do quantitativo necessário à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de buffet, utilizou-se como base o histórico de eventos institucionais realizados no exercício anterior, bem como as solicitações efetivamente registradas ao longo do ano em curso, incluindo reuniões, capacitações, solenidades, conferências e eventos culturais, tais como os festejos do Divino Espírito Santo, aniversários da cidade, Expoleite e festejos do Caboclo, além de demais ações promovidas pela Administração Municipal.

Adicionalmente, foram consideradas as demandas específicas decorrentes da ampliação da estrutura administrativa, com a inauguração de novos prédios públicos, a implementação de novos programas e frentes de trabalho, bem como o aumento das atividades institucionais promovidas pelas diversas secretarias municipais, as quais demandam suporte logístico e operacional por meio da oferta de serviços de buffet.

Dessa forma, o quantitativo estimado busca atender de maneira adequada e eficiente às necessidades da Administração, garantindo a continuidade das atividades institucionais e o adequado suporte aos eventos oficiais realizados pelo Município.

6 - ESTIMATIVA DE PREÇO.

O custo global dos fornecimentos será obtido a partir do somatório dos resultados da multiplicação das quantidades e dos valores unitários no mapa de preços, cujo modelo integrará o edital de licitação.

Essa estimativa de preços preliminar visa à escolha da melhor solução para a contratação e o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida, de modo a avaliar à análise de sua viabilidade.

O custo estimado da contratação é R\$ 1.630.049,46 (Um milhão, seiscentos e trinta mil, quarenta e nove reais e quarenta e seis centavos).

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução proporcionará melhorias na qualidade dos serviços, tanto para a equipe de profissionais, quanto para as atrações contratadas, por se tratar de eventos de grande proporcionalidade.

Os serviços de Buffet e Decoração deverão ser prestados de acordo com a ordem de serviço especificado no Termo de Referência, utilizando as técnicas oficiais de boas práticas para o preparo, fornecimento e acondicionamento dos alimentos, conforme as normas legais da Vigilância Sanitária;

Os garçons (quando necessário), além de uniformizados (as), deverão trabalhar com os seus cabelos devidamente cobertos, bem como utilizar luvas descartáveis e aventais para maior higiene no manuseio com os alimentos;

O Buffet deve estar devidamente organizado, alimentos perecíveis frescos, sem odor, manter o perfeito controle da qualidade dos produtos fornecidos e serviços prestados.

A Contratada deverá dimensionar a quantidade de alimentação compatível com o número de participantes do evento, considerando o período de realização e o tempo/intervalo disponível para alimentação, e ainda efetuar as reposições que se fizerem necessárias para o bom atendimento;

A CONTRATADA deverá estar com as refeições prontas em horários estipulados pela fiscalização do contrato, observando uma antecedência de 30 (trinta) minutos do horário dos eventos, a fim de preparar o local e a maneira de servi-las;

A contratada deve zelar pela higiene e conservação térmica, assumindo responsabilidade total pela logística em veículos adequados, manipulação segundo normas sanitárias, fornecimento de insumos descartáveis e gestão imediata dos resíduos orgânicos gerados.

A prestação de serviço desta contratação será realizada pela contratada de acordo com a necessidade do órgão contratante.

A contratada deverá designar, por escrito, no ato de recebimento de autorização do fornecimento, preposto que tenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato;

Disponibilizar funcionários portadores de atestado de boa conduta, rigorosamente selecionados e capacitados para a entrega dos produtos, com funções devidamente registradas nas carteiras de trabalho;

Nomear encarregado (s) responsável (eis) pelos fornecimentos, com missão de garantir o bom andamento dos trabalhos, através da coordenação e fiscalização dos empregados envolvidos na execução.

Fornecer uniformes, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual – EPI, quando couber, a todos os empregados envolvidos na execução do contrato.

Cumprir os postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Não se aplica

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de buffet e decoração visa atender às necessidades institucionais da Administração Municipal, garantindo qualidade, regularidade e suporte adequado para a realização de eventos oficiais. Como resultados esperados, destacam-se:

- **Melhoria na execução de eventos institucionais** - Garantir que reuniões, capacitações, conferências, cerimônias, solenidades, ações sociais e demais eventos promovidos pelo Município sejam apoiados por serviços de buffet e decoração de qualidade, garantindo organização, conforto e adequada hospitalidade aos participantes.
- **Padronização e qualidade dos serviços fornecidos** - Assegurar que os itens alimentícios, bebidas, utensílios e demais insumos fornecidos apresentem padrão uniforme de qualidade, higiene e segurança alimentar, atendendo às exigências legais e às boas práticas de manipulação de alimentos.
- **Eficiência operacional e logística** - Possibilitar que as secretarias municipais realizem seus eventos com maior agilidade e planejamento, dispondo de equipe especializada, materiais adequados e serviços estruturados, evitando improvisações e garantindo atendimento imediato às demandas.
- **Atendimento contínuo e programado** - Assegurar que os serviços de buffet e decoração estejam disponíveis conforme necessidade do Município, seja por meio de

eventos previamente agendados ou mediante solicitações emergenciais, garantindo o pleno funcionamento das atividades administrativas e institucionais.

- **Otimização dos recursos públicos** - Permitir que a Administração concentre a contratação em um processo padronizado, transparente e economicamente vantajoso, evitando múltiplas contratações fragmentadas e reduzindo custos administrativos.
- **Fortalecimento da imagem institucional** - Contribuir para a realização de eventos mais organizados, acolhedores e eficientes, refletindo positivamente na imagem do Município perante servidores, autoridades e população.

Com estes resultados, a Administração busca assegurar que os eventos oficiais sejam executados com alto padrão de qualidade, mantendo a regularidade dos serviços, a eficiência no atendimento e o adequado suporte às atividades governamentais.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Não se aplica

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATO-INTERDEPENDENTES:

Não se aplica

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS:

A contratação de serviços de buffet e decoração pode gerar resíduos sólidos, consumo de recursos naturais, uso de materiais descartáveis, desperdício de alimentos e emissões decorrentes do transporte; por isso, recomenda-se que a empresa contratada adote práticas sustentáveis, como uso de materiais reutilizáveis ou biodegradáveis, gestão adequada de resíduos, controle do desperdício, eficiência no uso de água e energia e planejamento logístico que minimize impactos ambientais.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A contratação pretendida mostra-se viável, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, as diretrizes do normativo, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracteriza a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos viável a contratação pelo prazo inicial de 12 meses, podendo ser prorrogado com decisão justificada.

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de Buffet e decoração nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01 - SERVIÇOS DE BUFFET														
ITEM	PRODUTO	UNID.	SEC. GOV	SEC. ADM	SEC. SAÚDE	SEC. EDUC	SEC. INF	SEC. AGRI	SEC. ASS	SEC. D.E.M.A	SEC. E.C.T.L	QUANT.	PREÇO MÉDIO	TOTAL
1	Água de coco in natura 500ml	Unid	18	18	18	18	18	18	18	18	150	250	R\$ 8,45	R\$ 2.112,50
2	Achocolatado de caixinha 200ml	Unid	10	10	10	10	10	10	10	10	120	200	R\$ 4,24	R\$ 848,00
3	Água de coco in natura 1LT	Unid	25	25	25	25	25	25	25	25	300	500	R\$ 16,28	R\$ 8.140,00
4	Água mineral sem gás 500 ml. Validade mínima 03 meses a contar com a data de validade. Ser registrada na Agência Nacional de vigilância sanitária. ANVISA e atender à portaria 451/97.	Unid	350	350	350	350	350	350	350	350	4200	7000	R\$ 2,57	R\$ 17.990,00
5	Arranjo- estola com flores naturais, para chão em frente à mesa central de eventos.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 108,00	R\$ 5.400,00
6	Arranjo- flores naturais nobres para entrada de eventos.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 436,35	R\$ 21.817,50
7	Baguete- pão francês característico por sua forma alongada e casca crocante. Farinha, sal, água e fermento biológico. Recheada com queijo, presunto, patê de frango, alface e tomate. tam:45cm	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 29,56	R\$ 1.478,00
8	Bandeja grande com mix de cereais- Bandeira contendo mix de cereais: castanhas, amendoins, amêndoas, uva passa.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 41,30	R\$ 2.065,00
9	Bandeja grande de batata cozida com frango- Bandeira contendo batata cozida com frango grelhado ou filé frito com cebola.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 68,56	R\$ 3.428,00
10	Bandeja grande de mandioca cozida com frango- Bandeira contendo mandioca cozida com frango grelhado ou filé frito com cebola.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 60,97	R\$ 3.048,50
11	Biscoito de polvilho- inseto de glúten, embalagem em sacos plásticos transparente, resistente, pesando 300gramas, 90% do produto deve estar com suas características físicas intactas(não quebradas), No seu rótulo deverá conter informação nutricional por porção, sobre glúten, ingredientes data de fabricação, validade e lote. Produtos de fabricação própria deverão apresentar ficha técnica.	Pact	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 10,13	R\$ 1.013,00
12	Biscoito- pacote de biscoito club social	Unid	15	15	15	15	15	15	15	15	180	300	R\$ 6,59	R\$ 1.977,00
13	Bolo simples de aproximadamente de 1 kg sabor chocolate.	Kg	4	4	4	4	4	4	4	4	48	80	R\$ 35,06	R\$ 2.804,80
14	Bolo simples de aproximadamente de 1 kg, sabor formigieiro.	Kg	4	4	4	4	4	4	4	4	48	80	R\$ 35,50	R\$ 2.840,00
15	Bolo simples de aproximadamente de 1 kg, sabor leite.	Kg	4	4	4	4	4	4	4	4	48	80	R\$ 35,23	R\$ 2.818,40
16	Bolo simples de aproximadamente de 1 kg, sabor milho.	Kg	4	4	4	4	4	4	4	4	48	80	R\$ 35,23	R\$ 2.818,40

17	Bolo simples de aproximadamente de 1 kg, sabor trigo.	Kg	4	4	4	4	4	4	4	4	48	80	R\$ 35,89	R\$ 2.871,20
18	Cheeseburger- carne de hambúrguer (bovina), queijo, cebola, ketchup, mostarda e pão.	Unid	38	38	38	38	38	38	38	38	461	765	R\$ 13,58	R\$ 10.388,70
19	Cuscuz com frango suculento e desfiado no pote, em porções individuais de aproximadamente 250g. O produto deve ser preparado com ingredientes de primeira qualidade, mantendo textura e sabor característicos. O acondicionamento deve ser feito em potes individuais devidamente vedados com tampa, garantindo a higiene, a segurança alimentar e a conservação da temperatura ideal para o consumo imediato durante o evento.	Unid	46	46	46	46	46	46	46	46	1125	1500	R\$ 11,73	R\$ 17.595,00
20	Docinhos- beijinho feito ao leite condensado e coco ralado.	Cent	2	2	2	2	2	2	2	2	14	30	R\$ 164,38	R\$ 4.931,40
21	Docinhos- brigadeiro, feito ao leite condensado, chocolate em pó e granulado de chocolate.	Cent	2	2	2	2	2	2	2	2	14	30	R\$ 203,96	R\$ 6.118,80
22	Docinhos- mini tartaleta doce assado ao forno e recheio de leite condensado.	Unid	150	150	150	150	150	150	150	150	1800	3000	R\$ 1,70	R\$ 5.100,00
23	Docinhos- surpresa de uva, com leite condensado, anilina em cor, uva sem semente.	Cent	2	2	2	2	2	2	2	2	14	30	R\$ 153,86	R\$ 4.615,80
24	Garrafa de aproximadamente 1500ml de leite quente.	Unid	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 26,77	R\$ 2.677,00
25	Garrafa de café de 1500ml quente adoçado.	Unid	10	10	10	10	10	10	10	10	120	200	R\$ 21,20	R\$ 4.240,00
26	Geleia artesanal sabor tamarindo feito artesanalmente. Peso 300g	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 22,26	R\$ 1.113,00
27	Gelo potável, tipo cubo ou escama, produzido com água filtrada e cristalina, livre de impurezas. O produto deve ser entregue em embalagens plásticas lacradas e higienizadas de 5kg.	Pact	15	15	15	15	15	15	15	15	180	300	R\$ 24,84	R\$ 7.452,00
28	Iogurte- Iogurte de 1LT sabores variados	Unid	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 11,19	R\$ 1.119,00
29	Kit-Lanche- embalagem transparente devidamente identificada com adesivo do município contendo dentro quardanapo, uma mini-coxinha de frango, mini bolinha de queijo, mini pão de queijo, assado no forno com recheio de creme de requeijão macio e bem recheada, mini-cachorro quente e uma fatia de bolo variado(trigo, formigueiro, leite e chocolate)	Unid	50	50	50	50	50	50	50	50	600	1000	R\$ 23,80	R\$ 23.800,00

30	Mesa de frutas para eventos de até 1.000 pessoas. A Mesa será composta por frutas frescas e higienizadas (banana, melancia, melão e abacaxi) em estágio ideal de maturação, sendo vedada a entrega de exemplares verdes ou excessivamente maduros, a banana será entregue de forma individual e as demais frutas processadas em cortes práticos, como pedaços ou cubos em recipientes adequados para consumo imediato. A estrutura e o dimensionamento da estação deverão ser estritamente proporcionais ao número total de inscritos, garantindo o fluxo contínuo e o atendimento integral de todos os participantes. A contratada deve zelar pela higiene e conservação térmica, assumindo responsabilidade total pela logística em veículos adequados, manipulação segundo normas sanitárias, fornecimento de insumos descartáveis e gestão imediata dos resíduos orgânicos gerados.	Serv										2	R\$ 13.498,19	R\$ 26.996,38
31	Mini salgados- barquete assada no forno com recheio de bacalhau e catupiry	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 202,07	R\$ 20.207,00
32	Mini salgados- barquete assada no forno com recheio de bacalhau.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 202,40	R\$ 20.240,00
33	Mini salgados- barquete assada no forno com recheio de frango c/catupiry	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 202,40	R\$ 20.240,00
34	Mini salgados- Barquete assada no forno com recheio de siri	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 202,40	R\$ 20.240,00
35	Mini salgados- barquete fechada assada no forno com recheio de bacalhau.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 202,40	R\$ 20.240,00
36	Mini salgados- canapé de brie c/ bacon e castanha	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 217,23	R\$ 21.723,00
37	Mini salgados- canapé de kani c/ creme chees	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 217,23	R\$ 21.723,00
38	Mini salgados- canapé de peito de peru c/ abacaxi	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 217,23	R\$ 21.723,00
39	Mini salgados- canapé de ricota c/ geleia de abacaxi	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 217,23	R\$ 21.723,00
40	Mini salgados- canapé de salame	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 220,83	R\$ 22.083,00
41	Mini salgados- cestinhas de bacalhau c/batata palha	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
42	Mini salgados- cestinhas de frango c/catupiry	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 195,77	R\$ 19.577,00
43	Mini salgados- cestinhas de strogonoff russo	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 200,67	R\$ 20.067,00
44	Mini salgados- copinho c/ pimenta biquinho	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
45	Mini salgados- copinho de alho poró	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
46	Mini salgados- copinho de camarão c/ provolone	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
47	Mini salgados- copinho de carne c/ cebola glaciada	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
48	Mini salgados- copinho de carne c/catupiry	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
49	Mini salgados- copinho de frango c/ catupiry	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
50	Mini salgados- copinho de frango c/palmito	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
51	Mini salgados- copinho de gorgonzola c/damasco.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 216,67	R\$ 21.667,00
52	Mini salgados- copinho de queijo c/ geleia de damasco.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
53	Mini salgados- copinho de queijo c/ geleia de frutas vermelhas	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00
54	Mini salgados- copinho de queijo c/ salame	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 203,34	R\$ 20.334,00

55	Mini salgados- mini bolinha de carne seca, bata inglesa cozida com recheio de carne seca.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 157,22	R\$ 15.722,00
56	Mini salgados- mini bolinha de queijo, com recheio de queijo.	Cent	7	7	7	7	7	7	7	7	94	150	R\$ 148,36	R\$ 22.254,00
57	Mini salgados- mini bolinha napolitana, com recheio de queijo, calabresa e orégano.	Cent	7	7	7	7	7	7	7	7	94	150	R\$ 154,03	R\$ 23.104,50
58	Mini salgados- mini boliviano, com recheio de batata inglesa cozida, canela em pó, açúcar com recheio de passa, azeitona, pimenta, carne.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 154,67	R\$ 15.467,00
59	Mini salgados- mini coxinha, com recheio de frango.	Cent	6	6	6	6	6	6	6	6	72	120	R\$ 148,36	R\$ 17.803,20
60	Mini salgados- mini empada de bacalhau, assada no forno com recheio de bacalhau bem molhadinho, macia e bem recheada.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 152,05	R\$ 15.205,00
61	Mini salgados- Mini empada, assada no forno com recheio de frango.	Cent	7	7	7	7	7	7	7	7	94	150	R\$ 133,67	R\$ 20.050,50
62	Mini salgados- mini esfirra no forno com recheio de frango bem molhadinho, macia e bem recheada.	Cent	7	7	7	7	7	7	7	7	94	150	R\$ 146,73	R\$ 22.009,50
63	Mini salgados- Mini esfirra no forno com recheio de salsicha bem molhadinho, macia e bem recheada.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 146,91	R\$ 14.691,00
64	Mini salgados- mini esfirra, assada no forno com recheio de carne de boi moída bem molhadinho, macia e bem recheada.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 152,62	R\$ 15.262,00
65	Mini salgados- mini esfirra, assada no forno com recheio de presunto e queijo, macia e bem recheada.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 135,67	R\$ 13.567,00
66	Mini salgados- mini hambúrguer artesanal	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 215,40	R\$ 21.540,00
67	Mini salgados- mini pão de queijo, assada no forno com recheio de creme de requieijo macia e bem recheada.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 156,83	R\$ 15.683,00
68	Mini salgados- Mini pão de queijo, assado no forno com recheio de catupiry.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 163,67	R\$ 16.367,00
69	Mini salgados- mini pastel assado no forno com recheio de carne de boi moída.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 135,67	R\$ 13.567,00
70	Mini salgados- mini pastel, frito em óleo fervente com recheio de frango.	Cent	6	6	6	6	6	6	6	6	82	130	R\$ 151,63	R\$ 19.711,90
71	Mini salgados- mini pastel, frito em óleo fervente com recheio de queijo.	Cent	6	6	6	6	6	6	6	6	82	130	R\$ 151,63	R\$ 19.711,90
72	Mini salgados- mini pastel. assado no forno com recheio de frango.	Cent	6	6	6	6	6	6	6	6	82	130	R\$ 155,70	R\$ 20.241,00
73	Mini salgados- Mini rabinho, com recheio de carne moída (coxão mole), milho verde e ervilha.	Cent	6	6	6	6	6	6	6	6	82	130	R\$ 152,67	R\$ 19.847,10
74	Mini salgados- Quiche de chester, assada no forno com recheio de chester desfiado com molho vermelho, cebola, milho catupiry.	Cent	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 151,12	R\$ 15.112,00
75	Murta- folhagem de murta para arranjos naturais.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 35,17	R\$ 1.758,50
76	Peta- peta caseira feita à base de tapioca, ovo, óleo, sal, e bicarbonato. Embalagem com 70g. Prazo de validade mínima de 60 dias a contar da data de entrega.	Pct	10	10	10	10	10	10	10	10	120	200	R\$ 9,97	R\$ 1.994,00
77	Picolé de frutas- sabores variados embalados individualmente pesando aproximadamente 60 gramas cada. VALIDADE: mínima de 1(um) mes a contar com a data da entrega.	Unid	5	5	5	5	5	5	5	5	60	100	R\$ 5,58	R\$ 558,00
78	Refrigerante de 2L; composto de extrato de cola, água gaseificada, açúcar; sendo permitido 0,02g a 0,2g; isento de corantes artificiais.	Litros	110	110	110	110	110	110	110	110	1320	2200	R\$ 12,00	R\$ 26.400,00

79	Refrigerante de 2L; composto de extrato de guaraná, água gaseificada, açúcar; sendo permitido 0,02g a 0,2g de extrato de semente de guaraná; isento de corantes artificiais.	Litros	110	110	110	110	110	110	110	110	1320	2200	R\$ 12,00	R\$ 26.400,00
80	Refrigerante de 2L; composto de extrato de laranja, água gaseificada, açúcar; sendo permitido 0,02g a 0,2g; isento de corantes artificiais.	Litros	110	110	110	110	110	110	110	110	1320	2200	R\$ 12,00	R\$ 26.400,00
81	Refrigerante de 2L; composto de extrato de limão, água gaseificada, açúcar; sendo permitido 0,02g a 0,2g; isento de corantes artificiais.	Litros	110	110	110	110	110	110	110	110	1320	2200	R\$ 12,00	R\$ 26.400,00
82	Salgado- cachorro quente composto por pão com carne, salsicha.	Unid	75	75	75	75	75	75	75	75	900	1500	R\$ 15,14	R\$ 22.710,00
83	Salgado- mini pizza mista, assada no forno com recheio de queijo, presunto e molho de tomate	Unid	25	25	25	25	25	25	25	25	300	500	R\$ 7,05	R\$ 3.525,00
84	Salgado- sanduíche, composto por pão de sanduíche, presunto e queijo mussarela. Pincelado com margarina.	Unid	30	30	30	30	30	30	30	30	360	600	R\$ 16,37	R\$ 9.822,00
85	Sequiho- biscoito caseiro tipo sequiho a base de amido de milho ou de mandioca, açúcar, gordura vegetal, ovos, sal e aromatizante. pacote aproximadamente 500g	Pct	10	10	10	10	10	10	10	10	120	200	R\$ 15,00	R\$ 3.000,00
86	Sobremesas- mouse sabores diversos, pudim ou salada de frutas	Unid	45	45	45	45	45	45	45	45	540	900	R\$ 10,38	R\$ 9.342,00
87	Sorvete de frutas- sorvete em balde 10LT, sabores variados: morango, chocolate, creme e coco	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 162,85	R\$ 8.142,50
88	Suco de frutas frescas ou polpa de fruta congelada, nos sabores laranja, acerola, caju ou outros a serem definidos pela contratante. O produto deve apresentar cor, aroma e sabor característicos da fruta de origem, com aspecto homogêneo, baixo teor de açúcares e preservação das propriedades nutricionais, sendo terminantemente proibida a utilização de sucos artificiais em pó, concentrados químicos ou corantes. O transporte e a disponibilização deverão ocorrer em recipientes térmicos apropriados, com capacidade individual mínima de 20 (vinte) litros, devidamente higienizados e vedados, garantindo a manutenção da temperatura de refrigeração e a integridade sanitária do alimento durante todo o período do evento.	Galão	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 11,75	R\$ 587,50
89	Suco em caixa com 1000ml sabores variados. Ref: Del Valle, Marata ou similar.	Unid	75	75	75	75	75	75	75	75	900	1500	R\$ 10,00	R\$ 15.000,00
90	Tábua de frios grande-composta por: queijo do reino, presunto, presunto parma, provolone, salame, castanha, nozes, geleias, gorgonzola, azeitona	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 116,78	R\$ 5.839,00
91	Tábua de frios média- Tábua de frios média composta por: presunto, queijo, mussarela, salame, azeitona e queijo coalho e queijo prato.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 94,33	R\$ 4.716,50
92	Tortas- tortas doces recheadas, confeccionada com farinha de trigo, leite, açúcar e recheado com cremes e leite condensado e chocolate e frutas podendo ser abacaxi, pêssego, figo, ameixa ou frutas vermelhas.	kg	6	6	6	6	6	6	6	6	72	120	R\$ 83,00	R\$ 9.960,00
93	Tortas- tortas salgadas recheio de frango, peso	kg	6	6	6	6	6	6	6	6	67	115	R\$ 79,98	R\$ 9.197,70

	mínimo 1kg. Forma redonda.													
valor total														R\$ 1.263.413,68
LOTE 02 - SERVIÇOS DE DECORAÇÃO														
ITEM	PRODUTO	UNID	SEC. GOV	SEC. ADM	SEC. SAÚDE	SEC. EDUC	SEC. INFR	SEC. AGRI	SEC. ASS	SEC. D.E.M.A	SEC. E.C.T.L	QUANT.	PREÇO MÉDIO	TOTAL
1	Arranjo- flores naturais para o centro das mesas, com 2 flores pássaro de fogo, 2 crisântemos cor vermelha, 3 folhas de capim paulista, 2 folhas de capim palmeira (para envolver a base e base em tijolo esponjoso).	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 119,67	R\$ 5.983,50
2	Aster- folhagem aster para arranjos naturais.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 111,67	R\$ 5.583,50
3	Caixa floral- esponja vegetal para arranjos naturais- caixa com 18 unidades.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	24	40	R\$ 255,03	R\$ 10.201,20
4	Cesta de frutas da estação, embalagens individualmente com plástico filme tamanho grande	Unid	48	48	48	48	48	48	48	48	72	120	R\$ 64,67	R\$ 7.760,40
5	Cesta de frutas da estação, embalagens individualmente com plástico filme tamanho médio.	Unid	48	48	48	48	48	48	48	48	72	120	R\$ 82,00	R\$ 9.840,00
6	Decoração de eventos com até 1.000 (mil) balões. (nas cores: verde, branca, azul, amarelo e rosa – definidas pela secretaria.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	14	30	R\$ 534,76	R\$ 16.042,80
7	Garçom para atender o público indicado.	Unid	6	6	6	6	6	6	6	6	72	120	R\$ 164,67	R\$ 19.760,40
8	Lírio- Lírio natural cores variadas.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 168,93	R\$ 8.446,50
9	Locação de cadeira em dior ou napoleão, com encosto, sem braço, empilhavel.	Unid	8	8	8	8	8	8	8	8	106	170	R\$ 15,15	R\$ 2.575,50
10	Locação de aparadores em madeira.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	24	40	R\$ 126,80	R\$ 5.072,00
11	Locação de cadeira Tiffany dourada, com encosto, sem braço, empilhavel.	Unid	10	10	10	10	10	10	10	10	120	200	R\$ 11,97	R\$ 2.394,00
12	Locação de cadeira plástica fabricada em polipropileno de alta resistência, com design ergonômico e estrutura empilhável para otimização de espaço. O modelo deve possuir acabamento uniforme, facilidade de limpeza e capacidade de carga mínima de 120 kg.	Unid	50	50	50	50	50	50	50	50	600	1000	R\$ 13,02	R\$ 13.020,00
13	Locação de capa para cadeira- material microfibra 100% poliéster, medidas: 50x50x90 babado com 45cm altura.	Unid	50	50	50	50	50	50	50	50	600	1000	R\$ 5,48	R\$ 5.480,00
14	Locação de espelho-espelho com moldura.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	24	40	R\$ 122,39	R\$ 4.895,60
15	Locação de mesas redondas em madeira 1,20x1,20m	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 100,00	R\$ 5.000,00
16	Locação de poltronas-poltronas acolchoadas.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 117,83	R\$ 5.891,50
17	Locação e decoração de mesas para cerimonial forrada com toalha de banquete na cor branca.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	14	30	R\$ 151,65	R\$ 4.549,50
18	Locação mesa alta tipo bistrô com 03 (três) banquetas coordenadas. Mesa com tampo circular de MDF 18mm ou Madeira, estrutura em aço com pintura eletrostática epóxi preta. Banquetas com apoio	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 90,00	R\$ 4.500,00

	para os pés, assento com estofado em corino ou madeira e encosto ergonômico. Design empilhável ou compacto para facilitar a logística de eventos."													
19	Locação mesas em madeira 2,40x1,00m	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	14	30	R\$ 148,04	R\$ 4.441,20
20	Locação tampões - tampo redondo de madeira, diâmetro de 1,20 metros.	Unid	25	25	25	25	25	25	25	25	300	500	R\$ 5,56	R\$ 2.780,00
21	Locação tapete- tapete quadrado, no tamanho 3mx3m. Sem manchas, furos ou rasgo.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 108,39	R\$ 5.419,50
22	Locação toalha de mesa quadrada- toalha de mesa quadrada: em tecido no tamanho de 1,40m x 1,40m.	Unid	25	25	25	25	25	25	25	25	300	500	R\$ 8,27	R\$ 4.135,00
23	Locação toalha de mesa redonda- toalha para mesa redonda, tecido gorgorão, no tamanho de 3m de diâmetro, cores a combinar.	Unid	25	25	25	25	25	25	25	25	300	500	R\$ 10,00	R\$ 5.000,00
24	Malhas - tipo viscolycra para decoração do ambiente - nas cores:verde, branca, azul,amarelo e rosa Com comprimento de 10m, altura de 5m e largura de 3m.	Unid	15	15	15	15	15	15	15	15	180	300	R\$ 24,91	R\$ 7.473,00
25	Margarina- flores naturais, margarida nas cores branca, chá, rosa ou vermelha.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 80,51	R\$ 4.025,50
26	Ornamentação de ambiente- Ornamentação simples (cortinas, mesa diretora devidamente forrada e decorada, mesa buffet devidamente forrada e decorada) área instagramável	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	14	30	R\$ 2.000,00	R\$ 60.000,00
27	Papiro egípcio- folhagem de papiro egípcio para arranjos naturais.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 47,68	R\$ 2.384,00
28	Rosas vermelhas- rosas naturais na cor vermelha, pacote com 20 unidades.	Pct	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 141,43	R\$ 7.071,50
29	Sofá- sofá com dois lugares.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 255,34	R\$ 12.767,00
30	Sofá- sofá com três lugares.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 280,68	R\$ 14.034,00
31	Tango- folhagem tango para arranjos naturais.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 34,08	R\$ 1.704,00
32	Vaso ornamental: vaso ornamental tamanho grande para decoração das áreas de circulação com planta natural.	Unid	2	2	2	2	2	2	2	2	34	50	R\$ 469,10	R\$ 23.455,00
valor total													R\$ 291.686,10	

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 006/2024.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do (a) assinatura de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.6. O estudo técnico preliminar tem como objetivo, viabilizar a contratação de empresas especializada na prestação de serviços de Buffet, para atender aos eventos institucionais realizados ao longo do ano, incluindo reuniões, capacitações, solenidades, conferências e eventos culturais, tais como os festejos do Divino Espírito Santo, Aniversários da Cidade, Expo Leite e Festejos do Caboclo, além de demais ações promovidas pelas secretarias do município de Afrânio.
- 1.7. A Contratação pretendida justifica-se na necessidade que a Secretaria Municipal de Administração, Finança e Seg. Publica, têm em atender as demandas de festas e eventos da cidade através de diversas secretárias.
- 1.8. A contratação de empresas especializada na prestação de serviços de Buffet e decoração irá garantir toda a demanda de serviço, suprimindo as necessidades de diversos setores e secretárias que faz parte município de Afrânio.
- 1.9. Por essas razões, faz-se justa a contratação da prestação de serviço em tela.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 1.10. A solução proporcionará melhorias na qualidade dos serviços, tanto para a equipe de profissionais, quanto para as atrações contratadas, por se tratar de eventos de grande proporcionalidade.
- 1.11. Os serviços de Buffet e decoração deverão ser de acordo com a ordem de serviço especificado no Termo de Referência, utilizando as técnicas oficiais de boas práticas para o preparo, fornecimento e acondicionamento dos alimentos, conforme as normas legais da Vigilância Sanitária;
- 1.12. Os garçons (quando necessário), além de uniformizados (as), deverão trabalhar com os seus cabelos devidamente cobertos, bem como utilizar luvas descartáveis e aventais para maior higiene no manuseio com os alimentos;
- 1.13. O Buffet deve estar devidamente organizado, alimentos perecíveis frescos, sem odor, manter o perfeito controle da qualidade dos produtos fornecidos e serviços prestados.
- 1.14. A Contratada deverá dimensionar a quantidade de alimentação compatível com o número de participantes do evento, considerando o período de realização e o tempo/intervalo disponível para alimentação, e ainda efetuar as reposições que se fizerem necessárias para o bom atendimento;
- 1.15. A CONTRATADA deverá estar com o buffet e a decoração pronto em horários estipulados pela fiscalização do contrato, observando uma antecedência de 30 (trinta) minutos antes do horário dos eventos, a fim de preparar o local e a maneira de servi-las;
- 1.16. A contratada deve zelar pela higiene e conservação térmica, assumindo responsabilidade total pela logística em veículos adequados, manipulação segundo normas sanitárias, fornecimento de insumos descartáveis e gestão imediata dos resíduos orgânicos gerados.
- 1.17. Os fornecimentos do objeto desta contratação serão realizados pela contratada de acordo com a necessidade do órgão contratante.
- 1.18. A contratada deverá designar, por escrito, no ato de recebimento de autorização do fornecimento, preposto que tenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato;
- 1.19. Disponibilizar funcionários portadores de atestado de boa conduta, rigorosamente selecionados e capacitados para a entrega dos produtos, com funções devidamente registradas nas carteiras de trabalho;
- 1.20. Nomear encarregado (s) responsável (eis) pelos fornecimentos, com missão de garantir o bom andamento dos trabalhos, através da coordenação e fiscalização dos empregados envolvidos na execução.
- 1.21. Fornecer uniformes, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual - EPI, quando couber, a todos os empregados envolvidos na execução do contrato.
- 1.22. Cumprir os postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1.23. Sustentabilidade

- 1.24. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. Subcontratação

- 1.25. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

- 4.4. De acordo com o artigo 96 da lei de nº 14133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos, será exigida a garantia de execução do contrato no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado. A exigência da garantia é como finalidade assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, protegendo a administração pública contra eventuais e nada influencias ou descumprimentos do contrato. A forma da será determinada conforme as condições estabelecidas no edital, podendo ser em dinheiro, fiança bancária, seguro-garantia ou outra modalidade permitida pela legislação vigente.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 1.26. O prazo da prestação do serviço de buffet e decoração é de no máximo 72 (setenta e duas) horas, após a solicitação.
- 1.27. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato podendo tal prazo ser prorrogado, se assim for da vontade das partes, na conformidade do estabelecido na Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores.
- 1.28. Os fornecedores devem apresentar catálogos de seus produtos contendo imagens e especificações de cada item.
- 1.29. As entregas do buffet serão realizadas pela contratada nos locais dos eventos de acordo com as necessidades dos órgãos contratantes.
- 1.30. A contratada deve zelar pela higiene e conservação térmica, assumindo responsabilidade total pela logística em veículos adequados, manipulação segundo normas sanitárias, fornecimento de insumos descartáveis e gestão imediata dos resíduos orgânicos gerados nos eventos.
- 1.31. Em caso de impossibilidade de cumprimento do objeto, a empresa tem 5 (Cinco) dias úteis para informar e justificar as razões do descumprimento, bem como providências a serem tomadas.
- 1.32. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 1.33. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 1.34. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 1.35. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 1.36. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

1.37. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

1.38. Fiscalização

1.39. 6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo **Sra. WêdjaCelly de Albuquerque Rodrigues** Gerente Administrativo e Financeiro **CPF 075.893.754-70**Mat - 9387, para supervisionar a prestação de serviços de buffet e decoração nas condições exigidas, e atestando no verso da nota fiscal no ato do recebimento, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

1.40. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

1.41. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

1.42. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

1.43. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

1.44. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

1.45. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

1.46. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

1.47. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

1.48. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

- 1.49. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 1.50. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 1.51. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 1.52. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 1.53. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 1.54. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 1.55. Os bens serão recebidos, no ato da entrega, juntamente com a cupom fiscal ou nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência na proposta.

Liquidação

- 1.56. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 1.57. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 1.58. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 1.59. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.60. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 1.61. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 1.62. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 1.63. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 1.64. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 1.65. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 1.66. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

Forma de pagamento

- 1.67. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.
- 1.68. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 1.69. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 1.70. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

- 1.71. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

- 1.72. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 1.73. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 1.74. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)
- 1.75. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 1.76. O prestador de serviço será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento lote único e o menor preço, na modalidade aberto e fechado.

Forma de fornecimento

- 1.77. A prestação de serviço do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

- 1.78. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 1.79. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 1.80. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.81. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 1.82. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no

Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 1.83. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 1.84. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.85. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 1.86. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 1.87. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 1.88. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 1.89. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista.

- 1.90. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 1.91. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 1.92. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.93. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 1.94. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital ou Municipal, Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 1.95. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Distrital ou Municipal, Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 1.96. Caso o fornecedor seja considerado isento do tributo Estadual, Distrital ou Municipal, distrital relacionado ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

- 1.97. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 1.98. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 1.99. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

- 1.100. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 1.101. Apresentar comprovação de vínculo de profissional nutricionista regularmente inscrito no respectivo Conselho Regional de Nutrição (CRN), integrante do quadro permanente de pessoal da licitante, na condição de responsável técnico.
- 1.102. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica não poderão ser apresentados em nome do CNPJ concorrente.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

- 1.103. Documentações complementares
- 1.104. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- 1.105. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021.
- 1.106. Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.
- 1.107. Declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- 1.108. No caso da participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 1.109. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 1.110. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, mediante documento firmado pelo interessado ou seu representante legal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão de obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional.

1.111. Participação de Consórcios:

Não será permitida a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio.

A vedação à participação de interessados que se apresentam constituídos sob a forma de consórcio não terá prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcio é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos do edital, o que não se aplica no presente certame. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, conforme se depreende do texto da Lei 14.133/2021, que em seu artigo 15º que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcios, para o caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Essa decisão com relação a vedação à participação de consórcios visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam realizar o fornecimento do objeto, reduziria o número de licitantes.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

1.112. O custo estimado total da contratação é de R\$1.555.099,78 (Um milhão, quinhentos e cinquenta e cinco mil, noventa e nove reais e setenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.113. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

1.114. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Administração e Finanças

Unidade Orçamentária: 0289
Funcional: 04 122 0401 4019 0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Secretaria de Governo e Planejamento Estratégico

Unidade Gestora: 0288
Programa Atividade: 04 122 0401 4018 0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Secretaria de Infraestrutura

Unidade Gestora: 0293
Programa Atividade: 04.122.1501.4020.0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Secretaria de Agricultura

Unidade Orçamentária: 0292
Funcional: 20.392.2003.2822.0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Secretaria de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer

Unidade orçamentária: 0291
Programa atividade: 13 392 1301 2814 0000
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Unidade orçamentária: 0291
Programa atividade: 27 812 2701 2817 0000
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Unidade orçamentária: 0291
Programa atividade: 04 695 0401 4014 0000
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 030401
Funcional: 10.301.1001.2890.0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: Recurso Próprio

Unidade Orçamentária: 030401
Funcional: 10.301.1001.2890.0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: Recurso Vinculado

Unidade Orçamentária: 030401
Funcional: 10.302.1001.2865.0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00
Fonte: Recurso Próprio

Unidade Orçamentária:030401
Funcional: 10.302.1001.2865.0000
Elemento de Despesa:3.3.90.30.00
Fonte: Recurso Vinculado

Unidade Orçamentária:030401
Funcional: 10.302.1001.2865.0000
Elemento de Despesa:3.3.90.39.00
Fonte: Recurso Próprio

Unidade Orçamentária:030401
Funcional: 10.302.1001.2866.0000
Elemento de Despesa:3.3.90.30.00
Fonte: Recurso Próprio

Unidade Orçamentária:030401
Funcional: 10.302.1001.2866.0000
Elemento de Despesa:3.3.90.30.00
Fonte: Recurso Vinculado

Unidade Orçamentária:030401
Funcional: 10.302.1001.2866.0000
Elemento de Despesa:3.3.90.39.00
Fonte: Recurso Próprio

Unidade Orçamentária:030401
Funcional: 10.302.1001.2866.0000
Elemento de Despesa:3.3.90.39.00
Fonte: Recurso Vinculado

Unidade Orçamentária:030401
Funcional: 10.304.1001.2160.0000
Elemento de Despesa:3.3.90.39.00
Fonte: Recurso Próprio

Unidade Orçamentária:030401
Funcional: 10.304.1001.2160.0000
Elemento de Despesa:3.3.90.39.00
Fonte: Recurso Vinculado

Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 0801
Funcional: 12 122 1201 2994 0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Unidade Orçamentária: 0801
Funcional: 12 361 1201 4001 0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: FUNDEB 30%

Unidade Orçamentária: 0801
Funcional: 12 361 1201 4001 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: FUNDEB – VAAR

Unidade Orçamentária: 0801
Funcional: 12 361 1201 2905 0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: SALÁRIO EDUCAÇÃO

Fundo Municipal de Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 0255
Programa atividade: 18 122 1801 2818
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00
Ficha: 032
Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Unidade Orçamentária: 0255
Programa atividade: 18 541 1801 4023
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Política para Mulheres

Unidade Orçamentária: 03 02
Funcional: 08 122 0808 4027 0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Unidade Orçamentária: 03 02
Funcional: 08 122 0810 4028 0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO FEDERAL

Unidade Orçamentária: 03 02
Funcional: 08 122 0811 4029 0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO FEDERAL

Unidade Orçamentária: 03 02
Funcional: 08 244 0809 4032 0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO FEDERAL

Unidade Orçamentária: 03 02
Funcional: 08 244 0812 4033 0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO ESTADUAL, PRÓPRIO E FEDERAL

Unidade Orçamentária: 03 02
Funcional: 08 245 0814 2842 0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO PROPRIO

ANÁLISE DE RISCO

RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

1- RISCOS - FASE DE PLANEJAMENTO

Risco 1	Deficiência na definição da demanda	
Probabilidade	Média	Dano potencial
		Superdimensionamento ou subdimensionamento da demanda
Ação Preventiva		Responsável
Análise de quantitativo de contratação de empresas especializada na prestação de serviços de Buffet e Decoração, para atender aos eventos institucionais realizados ao longo do ano, incluindo reuniões, capacitações, solenidades, conferências e eventos culturais, tais como os festejos do Divino Espírito Santo, Aniversários da Cidade, Expo Leite e Festejos do Caboclo, além de demais ações promovidas pelas secretarias do município de Afrânio.		Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingência		Responsável
Restabelecimento da demanda.		Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 2	Não aprovação do Estudo Técnico ou do Termo de Referência.	
Probabilidade:	Baixa	Dano potencial
		Atraso no processo de contratação e, conseqüentemente, atraso no início da execução de serviço.
Ação Preventiva		Responsável
Instruir o Estudo Técnico e o Termo de Referência em estrita aderência às disposições dos normativos aplicados à contratação.		Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingência		Responsável
Exposição do arcabouço legal em que a contratação da prestação de serviço.		Equipe de Planejamento da Contratação

2- RISCOS - FASE DE LICITAÇÃO

Risco 3	Deficiências do ato convocatório; critérios de julgamento, prazos e sanções, entre outros.	
Probabilidade	Baixa	Dano potencial
		Encerramento da Licitação.

Ação Preventiva	Responsável
Capacitação de servidores; incorporar as atualizações da legislação (acórdãos TCU); Estabelecer rotinas de revisão.	Equipe de Licitação
Ação de Contingência	Responsável
Suspensão da licitação	Equipe de Licitação

3 - RISCOS – GESTÃO DO CONTRATO

Risco 4	Inércia frente a descumprimento de obrigações contratuais. Falha ou omissão no registro dos atos e fatos do contrato	
Probabilidade	Média	Dano potencial
		Desabastecimento das secretárias,nas agendas de eventos do município.
Ação Preventiva		Responsável
Capacitação de servidores; Conhecimento dos termos contratuais serem executado. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais.		Fiscal técnico e administrativo, Gestor do Contrato
Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual.		
Ação de Contingência		Responsável
Sanções administrativas. Responsabilização da Gestão e fiscalização contratual.		Fiscal técnico e administrativo, Gestor do Contrato

Risco 5	Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da Contratada.	
Probabilidade	Alta	Dano potencial
		Responsabilização subsidiária da Administração
Ação Preventiva		Responsável
Capacitação de servidores; Previsão expressa no termo de contrato. Conhecimento dos termos contratuais. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais.		Fiscal técnico e administrativo, Gestor do Contrato.
Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual		
Ação de Contingência		Responsável
Conferência rotineira do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da Contratada.		Fiscal técnico e administrativo, Gestor do Contrato.
Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual		

Avaliação Qualitativa dos Riscos

A seguir encontra-se a matriz de avaliação qualitativa dos riscos identificados na contratação.

PROBABILIDADE DE RISCOS		
BAIXA	MODERADA	ALTA



Risco 2	Risco 1	Risco 5
Risco 3	Risco 4	-

Gravidade nas consequências

Através da matriz, percebe-se que os Riscos 1, 4, 5 poderão comprometer o resultado da contratação. Desse modo esse risco deve ser mitigado por meio de ações de prevenção registradas nesse processo administrativo. Os Riscos 2 e 3 devem ser aceitos, providenciando-se as medidas de mitigação.





PREFEITURA DE
AFRÂNIO
AFRÂNIO EM BOAS MÃOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO
Rua Afonso Arinos de Melo Franco, N° 101, Bairro Isabel Gomes, Afrânio – PE
CEP: 56360-000 Fone: (87) 3868-1054 CNPJ: 10.358.174/0001-84

ANEXO II – MODELO DAPROPOSTA**PREGÃO ELETRÔNICO Nº038/2026****PROCESSO LICITATÓRIO Nº097/2026****À PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO/PE
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.**

A empresa, inscrita no CNPJ nº, com sede na Rua/Av., abaixo assinada por seu representante legal, propõe a este Município o fornecimento dos produtos do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

Item	Especificação	Marca/Fabricante	Qdt	Und	V. unitário	Valor Total
					R\$	R\$

VALOR TOTAL DAPROPOSTA

Declaro que nos preços propostos estão incluídos todos os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, montagem, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto desta licitação.

Validade da proposta:

Prazo de entrega do objeto:

Dados:

Nome para contato:

Telefone para contato:

E-mail para contato e envio da Nota de Empenho:

_____, _____ EM, _____ DE _____ DE 2026.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2026

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, situada na

DECLARA para fins de participação no procedimento licitatório, que esta entidade atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no edital convocatório.

DECLARA, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARA, sob as penas da lei, para surtir efeito junto a Prefeitura Municipal de Belém do São Francisco/PE, perante o processo licitatório que não incide na proibição contida no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil.

DECLARA, que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

DECLARA, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

DECLARA, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

DECLARA, que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

NO CASO DE COOPERATIVAS

DECLARA, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

NO CASO DE ME/EPP

DECLARA, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Por ser verdade, firma a presente.

Local, Data e Assinatura.

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ____/2026

O **MUNICÍPIO DE AFRÂNIO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na _____, Nº ____ Centro – Afrânio – PE – CEP 56360-000, inscrito no **CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, neste ato representado por seu Secretário(a) Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, o(a) Sr(a)._____, brasileiro(a), estado civil, profissão, inscrito(a) no CPF/MF sob nº____, portador(a) da Cédula de Identidade nº ____SSP,_____ residente e domiciliado(a) na Cidade de Afrânio-PE, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2024, publicada no.....de...../...../2024, processo Licitatório nº, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, bem como no Decreto Municipal 006 de xx de xxxxxxxxx de 2024 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a eventual contratação de **buffet e decoração** que todas as secretarias tem em atender as demandas do município de Afrânio-PE.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrado, as especificações do objeto, a quantidade, prestador(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO:					
REPRESENTANTE:					
E-MAIL:					TEL.:(
					)
ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Saúde.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstrac o de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei n  14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceita o prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.1.4. A autoriza o do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceita o da adesão pelo fornecedor.

4.1.5. O  rg o ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo   execu o de seus próprios contratos ou   sua capacidade de gerenciamento.

4.1.6. Após a autoriza o do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisi o ou a contrata o solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.1.7. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo   efetiva o da contrata o, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicita o do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.1.8. O  rg o ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.2. Dos limites para as adesões

4.2.1. As aquisi es ou contrata es adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (**cinquenta por cento**) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.2.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem   ata de registro de preços.

4.3. Vedac o a acréscimo de quantitativos

4.3.1.   vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZA O DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente   data de divulga o no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contrata o e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formaliza o do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indica o da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contrata o com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autoriza o de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei n  14.133, de 2021.

5.4.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.6.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.6.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.6.3. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.6.4. Mantiverem sua proposta original.

5.6.5. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.6.6. O registro a que se refere o item 5.6.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.7. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.6.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ; e

5.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.10. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.11. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições

estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.10, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.13.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.13.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à

alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigo 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.
- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO no edital.
- 11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a

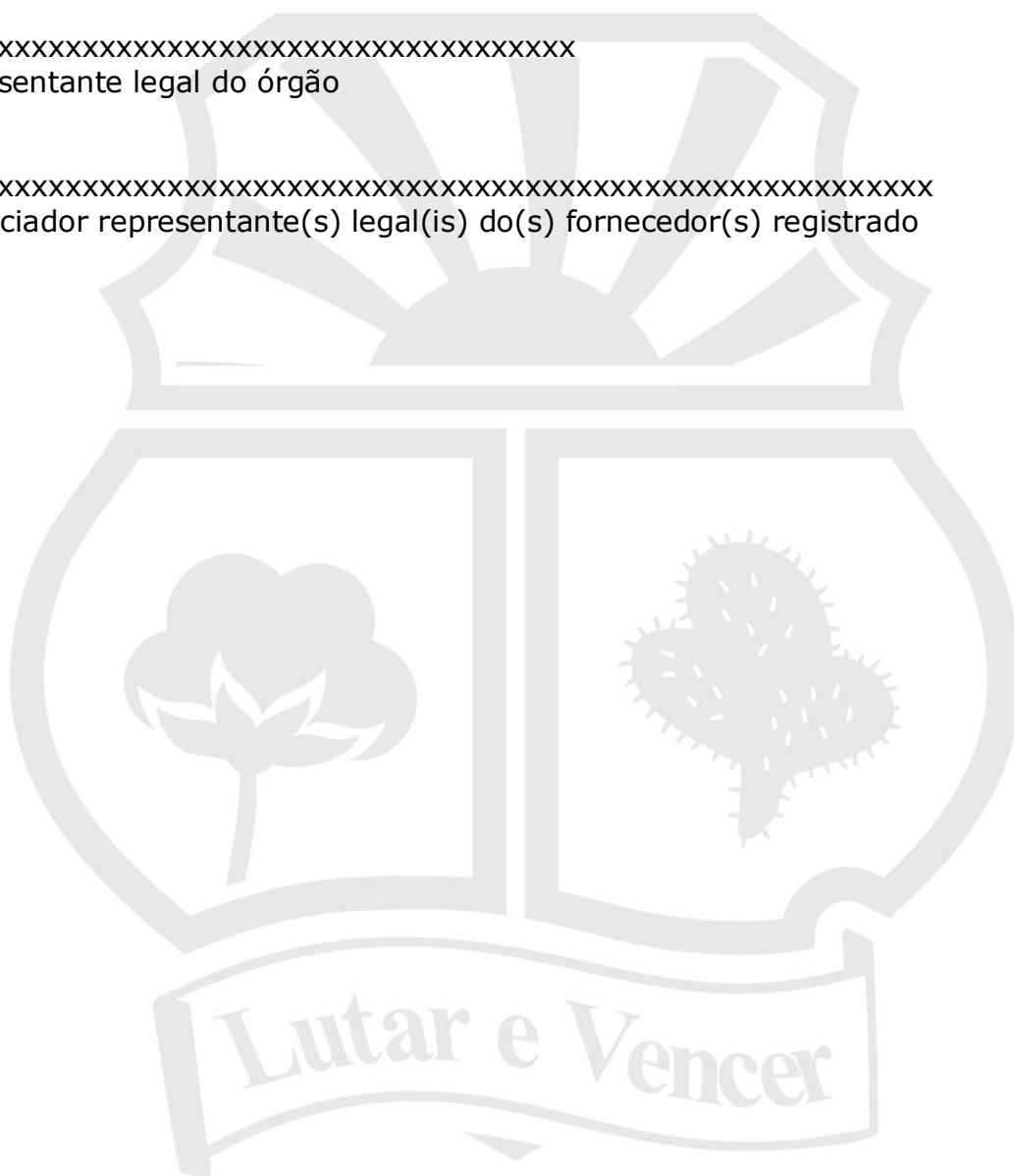
contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em...() vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, _____ de _____ de 2025.

XX
Representante legal do órgão

XX
Gerenciador representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado



ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2026.

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AFRÂNIO E A EMPRESA _____, CONFORME PREGÃO Nº 038/2026.

O **MUNICÍPIO DE AFRÂNIO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na _____, Nº ____ Centro – Afrânio – PE – CEP 56360-000, inscrito no **CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, neste ato representado por seu Secretário(a) Municipal de Educação, o(a) Sr(a).

_____, brasileiro(a), estado civil, profissão, inscrito(a) no CPF/MF sob nº _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ SSP, _____ residente e domiciliado(a) na Cidade de Afrânio-PE, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____ nº.º _____, na cidade de _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representado por _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____,

_____, residente e domiciliado na cidade de _____, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a contratação, considerando o disposto na lei nº 14.133, de 01.04.2021, Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014, 155/2016 e Decreto Federal 8.538/2015 e o resultado do **Processo Licitatório 097/2026, Pregão Eletrônico nº 038/2026**, com abertura em **xx/xx/2026**, homologado em//, têm entre si justo e acordado o seguinte:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. contratação de empresas especializada na prestação de serviços de Buffet e Decoração, para atender aos eventos institucionais realizados ao longo do ano, incluindo reuniões, capacitações, solenidades, conferências e eventos culturais, tais como os festejos do Divino Espírito Santo, Aniversários da Cidade, Expo Leite e Festejos do Caboclo, além de demais ações promovidas pelas secretarias do município de Afrânio.

Item	Especificação	Qdt	Und	V.unitário	Valor Total
				R\$	R\$

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do mesmo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

3.2.1. A garantia consiste na prestação, pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e alterações subsequentes.

3.2.2. A empresa prestadora de serviço deverá ser responsável pela substituição, troca ou reposição do objeto não compatíveis com as especificações do Termo.

3.2.3. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem nenhum custo adicional.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O Município poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6. A execução do contrato será fiscalizada pelo fiscal **XXXX,MAT XXXX** ou pelos respectivos substitutos, se houver. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

5.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.7.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



5.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

5.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário:

5.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

5.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.9.2. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.10. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

5.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

5.13. A execução do contrato será administrada pelo Gestor do Contrato, Sr.(a) **XXXXX,mat. XXXXXX**

6. CLÁUSULA SEXTA –DO PREÇO

6.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do contrato, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistência na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificados pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da contratada pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução das contratações. Liquidação e Pagamento

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento tais como (entre outros): - A data da emissão; - Os dados da ata e o órgão contratante; - O valor a pagar; e - Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medições saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus a contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.12. A **Secretaria de Municipal De Administração, Finanças e Seg. Pública** deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual/ata de registro de preços, assegurada à contratada a ampla defesa. o. Havendo a efetiva execução do objeto, o(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento do produto contratado e do respectivo documento fiscal válido.

7.17. Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da detentora/contratada, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore", em relação ao atraso verificado.

7.18. O pagamento será realizado - por meio de ordem bancária, para crédito em banco _____, agência _____ e conta corrente _____.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando for o caso.

7.20. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. A contratada/detentora regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos

da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

8.1.1. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos financeiros provenientes da dotação orçamentária abaixo discriminada:

Unidade Orçamentária: 0289
Funcional: 04 122 0401 4019 0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Secretaria de Governo e Planejamento Estratégico

Unidade Gestora: 0288
Programa Atividade: 04 122 0401 4018 0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO PRÓPRIO



Unidade Gestora: 0293
Programa Atividade: 04.122.1501.4020.0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Secretaria de Agricultura

Unidade Orçamentária: 0292
Funcional: 20.392.2003.2822.0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Secretaria de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer

Unidade orçamentária: 0291
Programa atividade: 13 392 1301 2814 0000
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Unidade orçamentária: 0291
Programa atividade: 27 812 2701 2817 0000
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Unidade orçamentária: 0291
Programa atividade: 04 695 0401 4014 0000
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária:030401
Funcional: 10.301.1001.2890.0000
Elemento de Despesa:3.3.90.39.00
Fonte: Recurso Próprio

Unidade Orçamentária:030401
Funcional: 10.301.1001.2890.0000
Elemento de Despesa:3.3.90.39.00
Fonte: Recurso Vinculado

Unidade Orçamentária:030401
Funcional: 10.302.1001.2865.0000
Elemento de Despesa:3.3.90.30.00
Fonte: Recurso Próprio

Unidade Orçamentária:030401
Funcional: 10.302.1001.2865.0000
Elemento de Despesa:3.3.90.30.00
Fonte: Recurso Vinculado

Unidade Orçamentária:030401
Funcional: 10.302.1001.2865.0000
Elemento de Despesa:3.3.90.39.00
Fonte: Recurso Próprio

Unidade Orçamentária:030401
Funcional: 10.302.1001.2866.0000
Elemento de Despesa:3.3.90.30.00
Fonte: Recurso Próprio

Unidade Orçamentária:030401
Funcional: 10.302.1001.2866.0000
Elemento de Despesa:3.3.90.30.00
Fonte: Recurso Vinculado

Unidade Orçamentária:030401
Funcional: 10.302.1001.2866.0000
Elemento de Despesa:3.3.90.39.00
Fonte: Recurso Próprio

Unidade Orçamentária:030401
Funcional: 10.302.1001.2866.0000
Elemento de Despesa:3.3.90.39.00
Fonte: Recurso Vinculado

Unidade Orçamentária:030401
Funcional: 10.304.1001.2160.0000
Elemento de Despesa:3.3.90.39.00
Fonte: Recurso Próprio

Unidade Orçamentária:030401
Funcional: 10.304.1001.2160.0000
Elemento de Despesa:3.3.90.39.00
Fonte: Recurso Vinculado

Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 0801
Funcional: 12 122 1201 2994 0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Unidade Orçamentária: 0801
Funcional: 12 361 1201 4001 0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: FUNDEB 30%

Unidade Orçamentária: 0801
Funcional: 12 361 1201 4001 0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: FUNDEB – VAAR

Unidade Orçamentária: 0801
Funcional: 12 361 1201 2905 0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00
Fonte: SALÁRIO EDUCAÇÃO

Fundo Municipal de Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 0255
Programa atividade: 18 122 1801 2818
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00



Ficha: 032

Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Unidade Orçamentária: 0255

Programa atividade: 18 541 1801 4023

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00

Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Política para Mulheres

Unidade Orçamentária: 03 02

Funcional: 08 122 0808 4027 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00

Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Unidade Orçamentária: 03 02

Funcional: 08 122 0810 4028 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00

Fonte: RECURSO FEDERAL

Unidade Orçamentária: 03 02

Funcional: 08 122 0811 4029 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00

Fonte: RECURSO FEDERAL

Unidade Orçamentária: 03 02

Funcional: 08 244 0809 4032 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00

Fonte: RECURSO FEDERAL

Unidade Orçamentária: 03 02

Funcional: 08 244 0812 4033 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00

Fonte: RECURSO ESTADUAL, PRÓPRIO E FEDERAL

Unidade Orçamentária: 03 02

Funcional: 08 245 0814 2842 0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00

Fonte: RECURSO PROPRIO

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, seus anexos e os termos de sua proposta;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e neste contrato;

10.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos fornecimentos, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.1.4. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou

irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas

10.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

10.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.10. A Administração terá o prazo de 30 (trintas) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2. Constituem obrigações do CONTRATADO

10.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

10.2.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.2.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.2.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do

fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.6. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao fornecimento dos produtos, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.2.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.2.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique quando da entrega dos produtos.

10.2.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.2.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.2.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.2.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.2.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.2.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a



todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Será exigida a prestação da garantia da contratação no valor correspondente a 5%(cinco por cento) do valor final, conforme artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;



AFRÂNIO
AFRÂNIO EM BOAS MÃOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO
Rua Afonso Arinos de Melo Franco, Nº 101, Bairro Isabel Gomes, Afrânio – PE
CEP: 56360-000 Fone: (87) 3868-1054 CNPJ: 10.358.174/0001-84

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023).

12.3. A licitante que optar por garantia em dinheiro, deverá fazer depósito na conta corrente nº XX, agência XX no Banco do Brasil S/A, em nome da Prefeitura Municipal de Afrânio/PE.

12.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

12.5. A licitante que optar por seguro-garantia terá o prazo mínimo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado.

12.5.1. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

12.5.2. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

12.6. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa: (1) moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;

(2) compensatória de% (..... por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13.12. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a quitação das multas aplicadas em definitivo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

14.4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.5. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.6. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.7. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.8. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.9. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; 14.9.3. Indenizações e multas.

14.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo

indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS VEDAÇÕES

15.1. É vedado ao CONTRATADO:

15.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Afrânio Estado de Pernambuco, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

19.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Afrânio-PE, ____ de _____ de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E SRG. PÚBLICA
MURILO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRANTE

EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO
Rua Afonso Arinos de Melo Franco, Nº 101, Bairro Isabel Gomes, Afrânio – PE
CEP: 56360-000 Fone: (87) 3868-1054 CNPJ: 10.358.174/0001-84

CPF Nº _____

CPF Nº _____



PREFEITURA DE
AFRÂNIO
AFRÂNIO EM BOAS MÃOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO
Rua Afonso Arinos de Melo Franco, Nº 101, Bairro Isabel Gomes, Afrânio – PE
CEP: 56360-000 Fone: (87) 3868-1054 CNPJ: 10.358.174/0001-84